

A C , A C E
C N F

1 1 2 2 4 2 / 7 8
/ / /

CONFIDENCIAL



GTC, em 23/09/76
A AC, em 18/04/78

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA CENTRAL

001

INFORMAÇÃO Nº 916/19/AC/76

DATA : 22 SET 1976

**ASSUNTO : "CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO
- CEBRAP"**

DIFUSÃO : CH/SNI

ANEXOS : Os constantes do item 10.



112242

1. O "Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP" é uma entidade criada visando ao aproveitamento de professores sancionados pela Revolução, em trabalhos de planejamento e de pesquisas, notadamente na área das Ciências Sociais. Foi constituído no segundo semestre de 1969 e se caracteriza por congregar elementos marxistas, alguns punidos por Atos revolucionários ou ex-asilados, ou ainda, ex-militantes de organizações subversivo-terroristas.

É dirigido por uma Coordenadoria Geral constituída pelos professores: CÂNDIDO PROCÓPIO FERREIRA DE CAMARGO, (Diretor Geral) FERNANDO HENRIQUE CARDOSO e JUAREZ RUBENS BRANDÃO LOPES, conhecidos elementos de esquerda, que se utilizam da entidade para desenvolver uma pregação marxista, em alto nível.

2. O CEBRAP é uma organização que se denomina "pri

INFAT 916/19/AC/76
en/100

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

002

(CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO N° 916/19/AC/76.....Fls. 02)

vada, de fins não lucrativos, e que não depende de recursos governamentais para seu funcionamento e expansão". Executa projetos remunerados, o que permite, por vias indiretas, receber recursos públicos. Contou, desde o início de seu funcionamento, com o apoio e incentivo de círculos empresariais, recebeu, também, subsídios financeiros de algumas instituições nacionais e internacionais, entre elas:

a. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de SÃO PAULO - FAPESP;

b. Fundação Ford;

c. Fundação Internacional Development Research Center; e

d. Fundação Population Council.

3. Dentro de suas atividades legais tem executado vários trabalhos de pesquisa, assessoria e consultoria, inclusive para órgãos governamentais, tais como: a Secretaria de Planejamento do Estado da BAHIA e a Universidade Federal da BAHIA - UFBA.

Paralelamente a estes trabalhos, os elementos do CEBRAP vêm, de há muito, desenvolvendo atividades de caráter político, esquerdista e contrário ao regime revolucionário, conforme ilustra o Anexo "A". O grupo publicou a revista "Debate e Crítica", de contestação às teses e realizações da Revolução, bem como, publicou, com o mesmo fim, "Cadernos" destinados, espacialmente, aos professores universitários.

Elementos do CEBRAP - FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, FLORESTAN FERNANDES e FRANCISCO CORREIA WEFFORT -, integravam o Conselho Consultivo da revista "ARGUMENTO", editada pela Editora Paz e Terra (de FERNANDO GASPARIAN e MAX DA COSTA SANTOS) e que foi retirada de circulação, por motivos ideológicos.

4. Agindo como veículo de grupos de pressão que

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

003

(CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO N° 916/19/AC/76.....Fls. 03)

atuam nos campos psicossocial e político, a entidade firmou-se como o principal núcleo irradiador da doutrina seguida pelos se tores esquerdistas e contestatórios, como se pode verificar, a seguir, pelas suas mais recentes atividades.

a. Síntese da atuação no Campo Psicossocial

1) No meio estudantil divulgam suas idéias através de publicações e de conferências.

Em 1974, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de SÃO PAULO - USP, aproveitando-se da conivência do então Diretor, Professor EDUARDO D'OLIVEIRA FRANÇA, o grupo colaborou na intensificação do Movimento Estudantil na USP, destacando-se a participação de FLORES TAN FERNANDES e FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.

O CEBRAP tem participado das Reuniões Anuais da "Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC" na qualidade de "Instituição Participante". Essas reuniões são utilizadas pelos membros da entidade em epígrafe para a exposição de temas polêmicos, sob enfoque esquerdista, conseguindo, sempre, as maiores audiências entre os estudantes, professores e cientistas participantes, dada a imagem de "inteligência" atribuída ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP, pela imprensa.

A XXVIII Reunião Anual da SBPC, realizada em Jul 76, em BRASÍLIA/DF, contou com a efetiva participação dos membros do CEBRAP, que procuraram colocar suas idéias políticas, em nível de doutrinação.

2) Intimamente ligada à esquerda clerical, particularmente, através da Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de SÃO PAULO, onde desfruta de significativa influência, lançou, em agosto do corrente ano, o livro "SÃO PAULO 1975 Crescimento e Pobreza" encomendado pela mencionada Comis-

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

004

(CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO N° 916/19/AC/76.....Fls. 04)

são e prefaciado por D. PAULO EVARISTO ARNS. Pretendendo apresentar uma síntese dos problemas que afetam os trabalhadores de SÃO PAULO, manipula dados ora de fontes oficiais, ora de fontes suspeitas; omite as realizações governamentais; superdimensiona os problemas da Grande SÃO PAULO; e analisa o sistema econômico brasileiro sob um enfoque nitidamente marxista e negativista.

A obra em questão, com uma tiragem de 3.000 exemplares, já está esgotada. Somente na reunião de clérigos realizada em SÃO PAULO, no dia 09 Ago 76, e presidida por D. PAULO EVARISTO ARNS, para o lançamento do livro, foram vendidos aos padres, por ordem do Cardeal, 400 exemplares para serem utilizados na ação "Pastoral". (ANEXO B)

3) O CEBRAP mantém estritos vínculos com a imprensa, principalmente com a esquerdista, representada pelo jornal "OPINIÃO", de FERNANDO GASPARIAN. Dentre os seus integrantes, são colaboradores do "OPINIÃO": PAULO SINGER, PAULO DUARTE e FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.

Recentemente, colaborou com "O ESTADO DE SÃO PAULO", na elaboração da reportagem sobre as "mordomias" destinada a colocar a opinião pública contra os Governos revolucionários e que obteve expressiva repercussão em todos os setores da comunidade nacional.

b. Síntese da atuação no Campo Político

O CEBRAP exerce decisiva influência na campanha política do MDB, principalmente através de FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, que vem realizando palestras patrocinadas pelo "IEPES - Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais".

1) O documento doutrinário e oficial do IEPES/MDB na Conjuntura Política Eleitoral (as linhas programáticas), conforme comprova o Anexo "C", foi elaborado por FERDINANDO HENRIQUE CARDOSO.

CONFIDENCIAL

(CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO N° 916/19/AC/76.....Fls. 05)

Vazado em linguajar tipicamente marxista, analisa o surgimento do MDB e seu posicionamento na conjuntura nacional e traça diretrizes para sua atuação. Para ressaltar as características desse documento, transcreve-se a parte referente às opções para criação das "forças sociais da oposição". Diz o documento:

* Em resumo, há duas ou três opções extremas:

(a) a oposição será constituída pelo "setor da elite" (definida por qualquer critério) que discorda, em nome próprio ou por delegação não expressa do povo, do rumo que a atual elite governante está dando ao País por n+1 razões. Neste caso, as políticas propostas devem ser basicamente de cúpula. No limite, a oposição procurará infiltrar o estabelecimento dominante e soprar no ouvido do Príncipe as luzes que supostamente lhe faltam;

(b) a oposição será o resultado da ação dos que "nunca tiveram vez" na história política do BRASIL, como os chamados setores marginais urbanos, os camponeses, os analfabetos, etc ... Neste caso, a questão da democracia e da formação da opinião pública é utópica. Os caminhos do fortalecimento político deveriam passar pela mobilização populista ou contestatória; e

(c) a oposição terá sua espinha dorsal encravada nos setores assalariados (de trabalhadores e de classe média), chamados "modernos" ou "integrados", englobando, inclusive, as camadas sociais que respondem politicamente mais aos aspectos ideológicos do que a interesses strictu sensu, como os estudantes, a intelectualidade e os técnicos.*

Após analisar cada opção, descartando a primeira porque *se prestará ao jogo formal de criação do bi-partidarismo oligárquico que parece ser o desejo secreto dos

CONFIDENCIAL

006

(CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO N° 916/19/AC/76.....Fls. 06)

"democratas do Governo" * e a segunda, porque essas camadas e forças sociais "dificilmente poderão constituir a linha de frente de um partido democrático, favorável à igualdade social e organizado racionalmente", opta pela terceira, afirmando:

* O MDB considera, entretanto, que primariamente sua atividade no recrutamento de quadros e na dinamização da oposição pública deve estar baseada nas classes e grupos sociais mencionados no item (c).

Eles devem constituir a espinha dorsal do partido, à qual deverão juntar-se, no futuro, o protesto e as energias da maioria explorada no tópico (b).*

A fim de caracterizar, ainda mais, a orientação que o CEBRAP vem imprimindo às atitudes do MDB, ao analisar a solução para a criação "da estratégia da oposição", pensando em transformar em força ativa o potencial político dos estudantes, da intelectualidade e dos técnicos transcreve-se os seguintes tópicos:

* Sendo assim, e descontando que o centro tático da oposição será contra o AI-5, e por consequência a favor do "habeas-corpus" e das liberdades civis e políticas, tem sentido falar em política como pedagogia (as "campanhas" do civilismo, porém num contexto não formal e, portanto, eventualmente até com militares) e insistir na formação de uma opinião pública ativa.*

E indica a seguinte conduta:

* Mas o decisivo é dar a essas campanhas um conteúdo social igualitário. Neste sentido, reforçar a necessidade de ativar os sindicatos, as associações de bairro, os grêmios estudantis para, em bases não demagógicas, levantar as questões concretas que lhes interessam. Noutros termos, há que transformar o MDB no "Partido dos Assalariados" e dar-lhes a estrutura organizativa que necessitam para suas reivindicações.*

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

(CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO N° 916/19/AC/76.....Fls. 07)

007

2) Outros documentos, elaborados pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP, para serem utilizados na campanha eleitoral do corrente ano, são os seguintes (ANEXO D):

- O MDB E A JUVENTUDE BRASILEIRA;
- O MDB E A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR;
- O MDB E O MUNICIPALISMO;
- O MDB, O MUNICÍPIO E O PODER LOCAL; e
- PONTOS DA CAMPANHA ELEITORAL NOS MUNICÍPIOS.

Tais documentos contêm uma orientação completa para os candidatos a prefeitos e vereadores pelo MDB, desde os temas a serem abordados, na campanha, às "reivindicações dos municípios diante da esfera estadual e federal" até o procedimento a ser adotado pelos Prefeitos eleitos pela Oposição.

3) Aos aspectos acima registrados, que comprovam a identidade de propostas entre o MDB e uma entidade reconhecidamente esquerdista, há que acrescentar a ligação pessoal do Dep Fed MDB/SP ULYSSES GUIMARÃES e o marxista FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.

5. São também conhecidos os vínculos de elementos do CEBRAP com intelectuais e entidades estrangeiras como a UNESCO; o CEPAL; a THE CONFERENCE BOARD (que pretende se instalar no BRASIL); a UNIVERSIDADE SIMÓN BOLIVAR de CARACAS/VENEZUELA; a ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE MOSCOU/URSS; e o INSTITUTE FOR ADVANCED STUDIES, de PRINCETON/INGLATERRA.

6. As conhecidas ligações pessoais de FERNANDO HENRIQUE CARDOSO e CÂNDIDO PROCÓPIO FERREIRA DE CAMARGO com o Ministro da Indústria e Comércio, SEVERO GOMES, indubitavelmente, têm colaborado para reforçar a posição do CEBRAP, que, no dia 13 Set 76, foi recebido pelo Cmt do II Ex. Segundo afirmou CÂNDIDO PROCÓPIO, a entrevista foi conseguida pelo Min SEVERO GOMES.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

008

(CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO N° 916/19/AC/76.....Fls. 08)

7. O CEBRAP está pretendendo inscrever-se como instituição de utilidade pública junto aos Governos Federal e Estadual, o que, se concretizado, permitirá a obtenção de outros benefícios.

8. Destacam-se, entre os integrantes do CEBRAP os elementos abaixo mencionados, cujos registros principais são os seguintes:

a. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Em 1964, exilou-se no CHILE. Seus antecedentes o caracterizam como ligado ao movimento comunista que agitou o País antes de 1964. Foi indiciado em IPM, realizado em SÃO PAULO, por desenvolver atividades subversivas.

Em Ago 69, foi aposentado, pelo AI-5, do cargo de Professor da Faculdade de Filosofia da Universidade de SÃO PAULO. Nesse ano, já havia escrito dez livros e cem artigos sobre sociologia.

Em 1967, participou de campanha contra o BRAZIL, na FRANÇA, usando, para tanto, a revista "Les Temps Modernes".

Em 1973, escrevia na revista esquerdista "Debate e Crítica" que circulava no meio universitário. Proferiu palestra na instalação do IEPES/MDB. Colaborava, também, na revista esquerdista "ARGUMENTO", que foi retirada de circulação. Figura como orientador do PCB e do jornal "OPINIÃO".

Em 1974, agitava o meio estudantil. Nesse mesmo ano foi citado pelo comunista português MANUEL URBANO RODRIGUES como um dos brasileiros que apoiavam a luta contra o regime português de SALAZAR.

Em comemoração da vitória do MDB, em 1974, declarou, em CANOAS/RS, que o MDB já tinha condições de depor o

CONFIDENCIAL

(CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO N° 916/19/AC/76.....Fls. 09)

atual Governo no momento que desejasse, inclusive com o apoio das Forças Armadas.

Em 1975, editou o livro "Autoritarismo e Democratização" através do qual faz doutrinação marxista-leninista, chegando a recomendar o emprego da violência contra a violência "dos movimentos políticos reacionários, militarizados, que protegem os oligopólios e silenciam as tais maiorias escravizadas".

Em 1976, teve participação ativa na XXVIII Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Colaborou na elaboração do livro "SÃO PAULO 1975 Crescimento e Pobreza".

b. FLORESTAN FERNANDES

Foi um dos fundadores, em 1960, da União Cultural BRASIL-URSS, integrando o Conselho Consultivo.

Em 1961, era um dos membros da Comissão Paulista Patrocinadora da Coleta de Assinaturas a favor do registro do Partido Comunista Brasileiro.

Em 1964, declarou em IPM ser socialista, partidário de alguns pressupostos da doutrina marxista-leninista, e favorável às greves políticas e à legalização do PCB.

Em Set 65, estava foragido nos ESTADOS UNIDOS por estar com prisão preventiva decretada pela 2ª Auditoria /2ª RM, em virtude de seu envolvimento em atividades subversivas. A sua prisão preventiva foi revogada em Out do mesmo ano.

Em 1969, foi aposentado, pelo AI-5, do cargo de Professor da Faculdade de Filosofia da USP, onde fazia proselitismo marxista. Nesse mesmo ano, nos ESTADOS UNIDOS, fazia parte de um grupo de brasileiros que colaboravam para denegrir a imagem do BRASIL, no exterior.

Em 1973, em conferência na Associação dos

CONFIDENCIAL

010

(CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO Nº 916/19/AC/76.....Fls. 10)

Sociólogos de SÃO PAULO, referindo-se a MARX e CAMILO TORRES, afirmou não acreditar em mudanças paulatinas e sim rápidas; não acreditar em medidas paliativas e sim positivas e que como sociólogo era também um revolucionário, acrescentando que "se necessário pego num fuzil". Nesse ano, colaborava com a revista esquerdista "ARGUMENTO" que foi retirada de circulação.

Em 1976, teve participação ativa na XXVIII Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em BRASÍLIA/DF. Proferiu a palestra intitulada "A Sociologia como contestação", cuja publicação no semanário "MOVIMENTO" foi vetada pela censura.

c. PAUL ISRAEL SINGER

Austriaco, naturalizado brasileiro.

Em 1952 e 1954, quando pertencia à Juventude Operária Metalúrgica, atuava no meio sindical adotando o sistema de agitação comunista para levar o setor metalúrgico à greve.

Em 1960, como membro da Comissão Paulista de Solidariedade a CUBA, foi um dos oradores da concentração promovida pelos esquerdistas, em SÃO PAULO/SP, de apoio à revolução cubana.

Em 1963, participou, como orador, do "Ato Público Comemorativo da Revolução Socialista de Outubro", realizado em SÃO PAULO/SP.

Em 1964, pertencia à Comissão dos Cinquenta do Partido Socialista Brasileiro.

De 1965 a 1968, atuou intensamente no meio estudantil.

Em 1967, colaborava com outros professores marxistas da USP, na revista "Teoria e Prática".

Em 1968, foi aposentado pelo AI-5, quando lecionava na USP.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

011

(CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO N° 916/19/AC/76.....Fls. 11)

Em 1973, assinou manifesto sobre violações dos direitos humanos juntamente com outros 278 elementos.

Em 1974, quando preso para averiguações, declarou que "desde 1945 defende os princípios filosóficos de KARL MARX, embora não ligado a qualquer organização político-subversiva". Declarou, também, ter participado de diversas greves, sendo de destacar-se a sua participação em greves estudantis de 1956 a 1959. Colaborador de diversas publicações esquerdistas.

Em 1976, participou de reunião com professores e estudantes de Ciências Sociais onde foram estabelecidas diretrizes para a politização do meio estudantil e para a contestação do regime.

Colaborou na elaboração do livro "SÃO PAULO 1975 Crescimento e Pobreza".

d. VINICIUS JOSÉ NOGUEIRA CALDEIRA BRANT

Em Out 67, foi condenado pela Auditoria da 4ª RM, a 17 anos de reclusão, por atividades subversivas.

Segundo depoimento do Frei CARLOS ALBERTO LIBANEO CRISTO, "Frei BETO", foi um dos fundadores da organização subversiva "Ação Popular - AP", em MINAS GERAIS, tendo pertencido a Juventude Universitária Católica - JUC. Foi um dos editores do semanário "AÇÃO POPULAR".

Em Out 70, pertencia ao Comando Nacional do Partido Revolucionário dos Trabalhadores - PRT e foi preso pelo DOI/II Ex em "ponto" na Av. Pedro I.

Ainda em 1970, de suas declarações no DOI/CODI/II Ex, constam:

- esteve em CUBA, em 1962, como integrante da delegação para a Conferência dos Povos;
- viajou para PARIS, em 1964, quando e onde

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

012

(CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO N° 916/19/AC/76.....Fls. 12)

soube de sua condenação a 17 anos de prisão;
- em 1965, esteve na CHINA a convite do Instituto do Povo Chinês para Amizade Internacional, e participou da Conferência Tri-Continental, em CUBA;
- em 1967, participou da Conferência da OLAS, juntamente com o Cabo ANSELMO, que estava morando em CUBA, e com MARIGUELA;
- em 1968, regressou ao BRASIL via URUGUAI, e obteve US\$ 14.000 para serem usados no financiamento de passagens de militantes a CUBA; militou na "Ação Popular - AP", da qual se afastou em Jul ou Ago; e
- em 1969, recebia do Partido Revolucionário dos Trabalhadores - PRT a importância mensal de Cr\$ 300,00, para sua manutenção.

Em 1972, prestou "testemunho" em publicação da "Frente Brasileira de Informações - Comitê de Denúncia da Repressão no BRASIL", denunciando torturas a "presos políticos".

Em 1976, colaborou na elaboração do livro "SÃO PAULO 1975 Crescimento e Pobreza".

e. OCTÁVIO IANNI

Em 1945, foi recolhido à cadeia da Delegacia de Polícia de ITU/SP, tendo sido considerado comunista. Seu nome figura numa relação do PCB, da "Comissão Eleitoral dos Cinquentas".

Em 1965, assinou o "Manifesto contra todas as tentativas de restrições aos direitos individuais e de suspensão das liberdades públicas".

Em 1966, subscreveu, com intelectuais paulistas, manifesto afirmando que a "consciência livre do País não aceita nem pode aceitar uma nova Constituição imposta por um Go

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

013

(CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO N° 916/19/AC/76.....Fls. 13)

verno de força e um congresso coagido e mutilado".

Em 1967, foi reconhecido pela Secretaria de Segurança Pública de SÃO PAULO/SP como um dos professores que professam o credo marxista e que atuam de modo pernicioso no meio estudantil da USP.

Em 1968, foi citado, em Relatório do DOPS/SP, como um dos professores que lideram o ME no Estado de SÃO PAULO, procurando manter permanente contato com os líderes sindicais, visando a estreitar o movimento de agitação; era colaborador da Revista "AP-ARTE", editada pela Ação Popular - AP, de conteúdo altamente subversivo; assinou, com escritores, artistas e professores, manifesto contra a prisão dos padres assunçionistas em BELO HORIZONTE/MG, acusando a repressão de "violentar a consciência cristã desses sacerdotes, desmoralizá-los e torná-los omissos diante do dever cristão".

Em 1969, foi um dos organizadores de uma céluia do PCB, na Faculdade de Filosofia da USP. Foi aposentado pelo AI-5, nas funções de Professor Assistente da Faculdade de Filosofia da USP.

É co-autor, juntamente com PAULO SINGER, GABRIEL LOHN e FRANCISCO C. WERFORT do livro "Política e Revolução Social no BRASIL" obra tida pelo DOPS/SP como de cunho subversivo.

f. CÂNDIDO PROCÓPIO FERREIRA CAMARGO

Em 1971, viajou para a POLÔNIA, HUNGRIA, TCHECOSLOVÁQUIA e URSS. Em KIEV/URSS, participou do Seminário Inter Regional sobre a aplicação de dados e estudos demográficos do planejamento do desenvolvimento".

Em 1974, juntamente com os demais diretores do CEBRAP, foi signatário de uma carta dirigida ao Ministro da Indústria e Comércio, apresentando queixas contra a ação dos Órgãos de Segurança em SÃO PAULO/SP.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

014

(CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO N° 916/19/AC/76.....Fls. 14)

Em Out 74, juntamente com outros dois diretores do CEBRAP, enviou carta ao Gabinete Civil da Presidência da República, apelando no sentido de que fossem tomadas provisões contra a "repressão de Órgãos de Segurança contra ele mentos integrantes do CEBRAP".

Ainda em Out 74, declarou, no DOI/CODI/II Ex, que o critério de escolha para preencher o quadro de funcionários do CEBRAP "obedece única e exclusivamente ao princípio da competência profissional e dedicação ao trabalho científico, não impedindo que pessoas com condenações anteriores, por crimes contra a Segurança Nacional ou delito de qualquer natureza, possam participar do CEBRAP".

Em 1976, colaborou na elaboração do livro "SÃO PAULO 1975 Crescimento e Pobreza".

g. FREDERICO MATHIAS MAZZUCHELI

Em 1968, foi preso pelo DOPS/SP e processado por infração à Lei de Segurança Nacional. Foi absolvido por sentença da 1^a Auditoria da 2^a CJM, mantida pelo STM; participou de passeata estudantil em SÃO PAULO/SP, ocasião em que foram depredadas as sedes do jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO" e do "FIRST NATIONAL BANK OF NEW YORK" e incendiada uma viatura policial.

Em 1969, é citado como um dos integrantes do "Grupo MARIGUELA em outras Faculdades" - Economia da USP.

Em 1970, fazia parte, juntamente com FERNANDO CARLOS MESQUITA SAMPAIO FILHO, de um grupo que aliciava ele mentos para participação em passeatas.

Em 1974, juntamente com SILVÉRIO SOARES FERREIRA e outros, foi acusado de forjar um plano revolucionário e procurar conhecer aparelhamento militar do Estado para atingir seus objetivos; consta, do Jornal Mural divulgado pelo Comitê de Defesa dos Presos Políticos e que foi afixado em mural exis- tente nos pontos de ônibus do "Campus" da USP, como um dos libe-

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

015

(CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO N° 916/19/AC/76.....Fls. 15)

rados em maio de 74; foi detido pela Operação Bandeirante, juntamente com sua esposa ELVIRA MAZZUCHELI; foi preso pelo DOI /CODI/II Exército por pertencer ao Partido Operário Comunista.

Em 1976, colaborou na elaboração do livro "SÃO PAULO 1975 Crescimento e Pobreza".

h. MARIA HERMÍNIA TAVARES DE ALMEIDA

Em 1963, participou do Festival Mundial da Juventude pela Paz e Amizade em HELSINQUE/FINLÂNDIA. Aproveitou a oportunidade para visitar países comunistas.

Foi detida, juntamente com um grupo de comunistas, quando pichava próprios públicos com os dizeres: "Nem Parlamentarismo, nem Presidencialismo, Revolução", acompanhados do emblema da URSS.

Fez parte da delegação trotskista que participou do Congresso de Solidariedade a CUBA.

Colaborava no jornal "Frente Operária".

Com o codinome de "MARTA" participou da trama subversiva desenvolvida por sargentos como elemento de ligação com familiares dos militares.

Em 1964, encontrava-se foragida. Desenvolvendo atividades contra-revolucionárias distribuia os panfletos subversivos "Resistência" e "Luta" para serem difundidos por um sargento nos quartéis e fazia parte do Bureau Político do Comitê e do Secretariado de Divulgação.

Em 1965, foi decretada sua prisão preventiva. Na ocasião era líder trotskista.

Em 1968, em assembléia realizada pelo Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, conclamou os presentes a participarem de passeatas, organizarem pedágios e acampamentos para chamar a atenção da opinião pública para o problema dos excedentes.

Em 1970, foi para o CHILE, onde permaneceu cerca de 2 anos e meio e fez curso Pós-Graduação na Faculdade

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

016

(CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO N° 916/19/AC/76.....Fls. 16)

Latino-Americana de Ciências Sociais da UNESCO, em SANTIAGO DO CHILE, com bolsa de estudo fornecida pela Fundação de Amparo à Pesquisa de SÃO PAULO. Teve confirmada pelo STM, sentença de absolvição em Processo da 2ª Auditoria/2ª CJM.

Em 1971, figura numa relação de militantes do PORT (Partido Operário Revolucionário Trotskista) procurados pelo II Exército.

Em 1976, colaborou na elaboração do livro "SÃO PAULO 1975 Crescimento e Pobreza".

i. JOSÉ ÁLVARO MOISÉS

Em 1964, foi presidente da extinta UCES, ocasião em que foi detido pelo CENIMAR e, posteriormente, entregue ao DOPS/SP que o indiciou em Inquérito Policial sub acusação de atividades subversivas que se desenrolavam na "AÇÃO POPULAR", organização na qual era Coordenador; nessa oportunidade, foi apreendido, em seu apartamento, farto material de agitação popular, inclusive panfletos de ataque frontal ao Governo Revolucionário, sob a denominação de "COMBATE À DITADURA". Outro documento, ainda mais importante, denominava-se "DOCUMENTO BASE DA AP", onde eram estudados os aspectos sócio-económicos e políticos da realidade brasileira, optando, por fim, pela tomada do poder por um processo revolucionário e a implantação de sua ideologia no BRASIL; é considerado nas "FOLHAS" como trotskista.

Em 1966, foi expulso do Sindicato dos Jornalistas como profissional indigno; por controlar a política de pessoal das organizações jornalísticas do "Grupo FRIAS", aproveitava-se dessa situação para marginalizar os que não formavam ao lado dos esquerdistas, pagando-lhes, inclusive, ordenados inferiores.

Em 1967, foi um dos elementos que mais apoio deram à realização do XXIX Congresso da União Nacional dos Estudantes, como elemento da "Ação Popular - AP".

Em 1975, integrava um grupo de professores

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

017

(CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO N° 916/19/AC/76.....Fls. 17)

esquerdistas atuantes na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Esse grupo preconizava a ideologia marxista e utilizava-se das disciplinas que lecionava para fazer proselitismo político.

Em 1976, colaborou na elaboração do livro "SÃO PAULO 1975 Crescimento e Pobreza".

j. JOSÉ ARTHUR GIANNOTTI

Em 1968, era professor de Teoria Geral da Filosofia, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

Em 1969, foi aposentado pelo AI-5, do cargo que ocupava na USP.

Em 1974, fez críticas às declarações do Ministro REIS VELOSO, na sessão da SBPC, em pronunciamento publicado sob o título "NÃO CONVÉM CAIR NA EUFORIA"; estava entre os "intelectuais brasileiros" que remeteram abaixo-assinado ao Presidente VELASCO ALVARADO, apoiando a nova Lei de Imprensa do PERU, que transferiu ao controle dos sindicatos os jornais "LA PRENSA", "EL COMÉRCIO", "CORREO" e "OYO".

9. A entidade legal CEBRAP preparando, difundindo e orientando a conscientização popular, de oposição aos Governos Revolucionários, é, no momento, a principal mentora, no País, da pregação marxista nas áreas estudantil, política, clerical e de imprensa. Com a sua atuação caracteriza a consolidação da chamada "Frente Patriótica Antifascista", pretendido movimento catalizador, através do qual o ilegal PCB, conjugando os esforços dos setores contestadores, subversivos, oposicionistas e liberais, pretende a instalação de um regime socialista, aproveitando-se das franquias de uma "democracia liberal".

As suas atividades, desde a sua fundação, apresentam os mesmos propósitos subversivos do extinto ISEB (Instituto de Estudos Brasileiros) porém, dotado de maior dinamismo, penetração e diversificação.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

018

(CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO Nº 916/19/AC/76.....Fls. 18)

Desse modo, parece recomendável a adoção de medidas acauteladoras idênticas às que foram tomadas contra a ISEB, a fim de interromper o crescimento do CEBRAP e o prosseguimento de sua atuação, de importância vital para o esquema contestatório que reúne os vários grupos de pressão atualmente existentes.

10. ANEXOS

- A) Cópia xerox de recortes de jornais e revistas.
- B) Livro "SÃO PAULO 1975 Crescimento e Pobreza".
- C) Cópia xerox do documento Conjuntura Política Eleitoral (as linhas programáticas), do IEPES/MDB (C-1) e cópia do manuscrito de FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, original do documento oficial do IEPES/MDB (C-2).
- D) Documentos elaborados pelo CEBRAP para serem utilizados na campanha eleitoral do MDB.

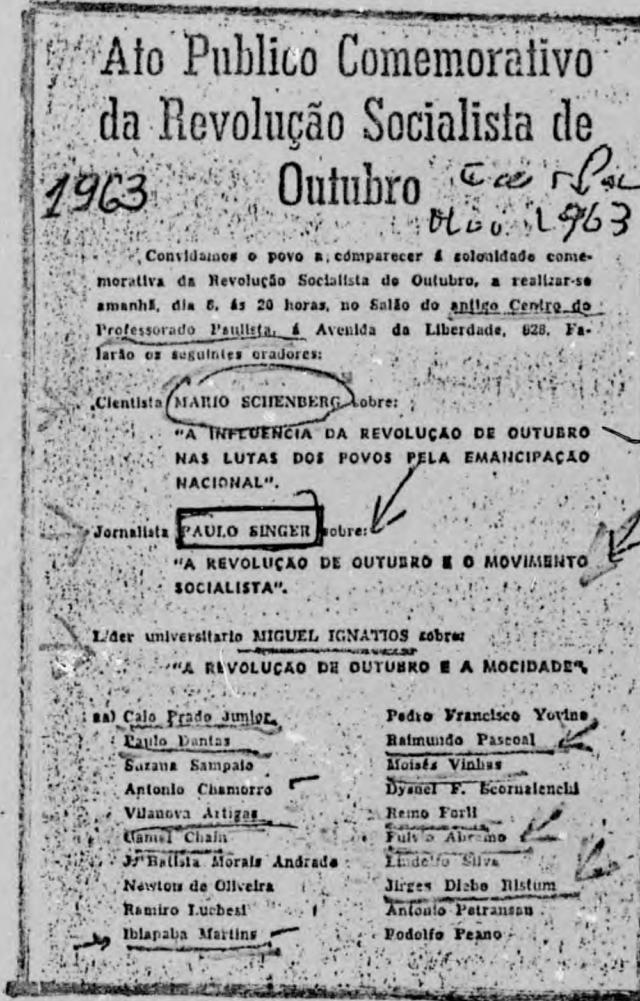
* * *

CONFIDENCIAL

A T E N Ç A O:

69
O original deste documento (com 69 folhas) foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.

019



10-21.0.68, Jornal do Brasil, domingo, 10-4-68 - 1968

Jornal do Brasil

Movimento estudantil defende a Yahovação

Armindo Sifaiortherk
Correspondente do J.B.

Paris. — Para o dubia professor brasílico da Faculdade de Sociologia de Nanterre que tem como aluno Daniel Cohn Bendit ("têm de muito inteligência, um símbolo do estado de espírito atual"), o movimento jovem francês se caracteriza por uma rebuscada teoria que já tem conselhos de que deles parte de novo teoria e por isto é ponto de partida de um trabalho novo".

Os jovens estudantes operários se reclamam de Mars, e porque ainda não dispõem de uma teoria prática constatam explicar a presente, mas de agora em diante, a teoria vai recuar para dar lugar à teoria da revolução implícita da Sociedade; tanto as autoridades como os grupos possíveis existentes passaram a combater o que seria "o pequeno grupo ativo e conspirativo".

O que veio a seguir é, para o professor paulista, "uma evolução conforme às características de um país desenvolvido". Ou seja: "Através de um grau de organização de bases espartanistas; através de um biorço de atividades políticas (atelias, grupos de ação) se dá-se a amplitude, que por sua vez, se dá paralela justamente aos grupos de estudantes de Nanterre — e a esta altura de várias outras faculdades — e aos jovens operários".

cellardo, lisonjando, trazendo para a sociedade de consumo dentro dela mesma e não de fora, também quer o pensamento do filósofo Hegel-Matore, por exemplo, — afirma Fernando Henrique Cardoso.

ANSIEDADE

Membro da Comissão da Faculdade de Nanterre e professor da Universidade de São Paulo, Fernando Henrique é um olho em da movimento níveis aparentemente desconexos: a greve levantadora por uma maior participação dos estudantes na vida universitária e pela ne-

lhora do seu funcionamento, celote, justamente, na sua mais moderna da Universidade francesa — Nanterre.

O que já emerge é uma ansiedade de transformação dos modos de vida (liberdade sexual), da cultura (ano passado foi constatado um recrudescimento das liberdades liberais) e dos valores (liberdade ideológica e política) — assinala o professor.

Através de sua expertise, Fernando Henrique observou "a perplexidade" que se apoderou dos professores, em dois estágios, primeiro pelo cardoer "inesperado" da alta engatinhante reação estudantil e, mais tarde, pelo "perigo", que representava a insistência por liberdade política.

É preciso que se comprenda o fato de que a esta altura o movimento de Nanterre não atingiu o nível da sociedade global (polis) não existia apoio de fora — obstruiu. Foi quando a administração cometeu o erro fatal, ao atender pressões de numeroso grupo de profissionais militares que pediu a "corte do mal" — medida que só teria consequência, pois "se trataria de uma babilônia sem base".

Segundo o professor brasileiro, interamente neste momento que se dão a "incompreensão oficial diante do novo, diante

JORNAL DA TARDE 30/4/68

Os estudantes preparam-se para protestar durante a concentração na Praça da Sé. São contra a presença do governador e contra a Praça da Sé, lugar que acham ideal para a Policia fazer repressão.

(Paulo Sluizer)

As lideranças estudantis estão preparando em segredo os planos de participação no comício da manhã, na Praça da Sé. Só hoje a maioria dos estudantes saberá quais são esses planos secretos e as palavras de ordem a serem seguidas na manifestação operária da amanhã.

Por enquanto, os estudantes estão seguindo uma determinação das lideranças: é proibido prestar qualquer informação ao Jornal da Tarde e no Estado de São Paulo, sobre suas atividades. E arrumaram uma frase para justificar essa atitude: "não somos contra os jornalistas, somos contra os jornais".

No Conjunto Residencial

da Cidade Universitária, ontem, o dia foi normal, sem cartazes, assembleias ou qualquer espécie de preparação para o ato público. A única referência a ele era uma inscrição, no piso, em frente ao restaurante: "ajudar a decomposição do governo, unindo-nos na aliança operário-estudantil, na grande manifestação de 1º de maio".

Frases semelhantes foram escritas nas calçadas dos bairros operários de São Paulo, convidando os trabalhadores a tomarem parte na manifestação.

No Centro Acadêmico XI de Agosto, ontem à noite, depois de um discurso do economista Paulo Sluizer,

contra a política salarial do governo, vários líderes estudantis falarão e lerão manifestos de operários.

Um dos manifestos foi o do sindicatos dos químicos, lido pelo presidente do XI de Agosto, estudante Marco Aurélio Ribeiro. O tema é o primeiro de maio, um dos trechos diz:

"Em Minas, os operários se organizaram em cada fábrica e em cada seção. E foi a partir dessa organização que mostraram que a classe operária só conquista algo quando enfrenta os patrões. Quando os operários fazem greve, deixam de produzir lucro a seus patrões e mostram assim a força que têm. Se o governo deu 10 por cento, que

não servem para nada, é que percebeu que os trabalhadores estavam dispostos a lutar pelo que é seu. O primeiro de maio é um passado e um futuro de lutas".

Sobre o passado e o futuro do primeiro de maio, diz o manifesto do Centro Acadêmico XI de Agosto:

"Esse dia universal é uma homenagem aos mártires de 1887. Spies, Fischer, Engel e Parsons, enforcados em Chicago por liderarem um movimento excedendo menor tempo de trabalho. O Centro Acadêmico não deixaria passar em brancas nuvens esse dia e convoca a todos para a sua manifestação hoje e no dia primeiro."

ESP

havido quando da não transmissão dos discursos dos candidatos do partido à Presidência e Vice-presidência da República.

27. Coluna
MDB gaúcho inaugura Instituto

O diretório gaúcho do MDB inaugurou, ontem, o seu Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais. Segundo Lidovino Fanton, presidente do Instituto, a sua finalidade é permitir ao MDB se comunicar com a opinião pública, "a fim de que ela conheça o outro lado da medalha".

Fanton anunciou que o primeiro conferencista será o diretor do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, professor Fernando Henrique Cardoso, que falará sobre "Estado e Sociedade: Estado programadas". Também as conferências

3/10/73

do jornalista Carlos Chagas, de "O Estado de S. PAULO", cujo tema será "A mais importante das liberdades", do jurista Sobral Pinto, que falará sobre "Os direitos fundamentais da pessoa" e do economista Fernando Góes, que abordará "A desindustrialização da Economia Brasileira".

Bauru reivindica

O MDB de Bauru quer que a campanha de seus candidatos à Presidência e Vice-presidência da República, no Estado, seja iniciada naquele município, no curso do concentração que se dispõe na região.

Pedido nesse sentido foi feito por telefone pelo vereador e presidente do diretório de Bauru, Niraldo Cardia, ao presidente em exercício do MDB paulista, deputado federal Dias Moreira, que se pronunciou a examinar essa possibilidade junto à direção nacional emedebista.

3/10/73

MDB gaúcho patrocina
ciclo de conferências

3/10/73

Porto Alegre (Sucursal) — Ao anunciar a primeira promoção do Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais do MDB gaúcho, o Deputado Lidovino Fanton afirmou que a entidade pretende ser "uma compensação aos estudantes e aos intelectuais, pelo silêncio a que foram reduzidos".

Embora partidário por inspiração legal, o Instituto está aberto a todos que estejam interessados no debate em alto nível da problemática político-social brasileira, cuja primeira abordagem se fará através de um ciclo de 11 conferências, seguidas de sabatinas, entre 19 de outubro e 25 de novembro.

O curso será aberto pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso, diretor do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, de São Paulo e prosseguirá bi-semanalmente, com a participação de outros conferencistas do mesmo Centro. O jornalista Carlos Chagas discorrerá sobre o tema A Mais Importante das Liberdades.

Visando obter sustentação econômica para as atividades do Instituto, "já que o Fundo Partidário é ainda uma remota expectativa", segundo o Deputado Lidovino Fanton, a entidade, com personalidade jurídica própria já registrada, pretende valer-se de auxílios das verbas pessoais dos deputados e de dotações públicas.

ESP 19/10/73

Oposição gaúcha organiza CURSO

Da Sucursal de
PORTO ALEGRE

No plenário da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul será aberto hoje, às 20 horas, o I Ciclo de Estudos e Debates da Problemática Brasileira, promovido pelo Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPESI) e que na opinião de seu idealizador, o deputado Lídevino Fanton, do MDB, "não será mais um cursinho para a propaganda do governo, porque isso há todos os dias". Lídevino Fanton acrescentou que "através desse curso fácil, sem rodeios, sem burocracias, sem empecilhos regimentais, a oposição pretende dar uma oportunidade de se ver e ouvir a contraface da realidade brasileira".

Para a abertura do I Ciclo de Debates, que se prolongará até o dia 23 de novembro, foi convidado como conferencista o professor Fernando Henrique Cardoso, diretor do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), de São Paulo, o qual escolheu o tema "Estado e sociedade". Outros conferencistas serão o jornalista Carlos Chagas, diretor da Série II de "Brasil de O Jardim de S. Pedro"; o professor Fernando Gasparian, diretor da "Opinião"; o jurista Sérgio Pinto e o professor Arthur Gianelli, do CEBRAP, que falará respectivamente sobre os temas "A mais importante das liberdades", "Desnacionalização da economia brasileira e perspectivas atuais"; "Os direitos fundamentais da pessoa humana" e "Cultura oficial e cultural da oposição".

**23/1/74 Fórum de Política Internacional
Em Comemoração ao 20.º Aniversário da EAESP/FGV**

OBJETIVOS:

1. Disseminar conhecimentos e proporcionar uma visão mais objetiva dos problemas e tendências decorrentes do jogo das forças econômicas e políticas no arena internacional.
2. Auxiliar aos administradores e aos estudantes da matrícula geral na compreensão e previsão dos processos e das mudanças econômico-políticos e seus reflexos na política interna e externa das grandes potências.
3. Contribuir, sob forma de análises e previsões sistemáticas, para uma orientação da política exterior que concorra plenamente para os objetivos do desenvolvimento da Nação.

TEMARIO:

- Dia 20/8 — OS PAÍSES "FÓRDAS" NA SEGUNDA DÉCADA DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS:
 — Crise da matérias-primas e recessão econômica.
 — Urbanização e subemprego.
 — Industrialização e proteção ao meio ambiente.
 — As alianças e tendências à integração regional.
 PROF. DR. HANS W. SINGER
 Universidade de Syracusa — U.S.A.
- Dia 27/8 — COMÉRCIO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO:
 — Os "termos de troca" — revisão.
 — As Companhias Multinacionais e a transferência de tecnologia.
 — As crises cambiais e a liquidez do sistema monetário internacional.
 — PROFA. DRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES
 CEPAL — Comissão Econômica para a América Latina
- Dia 28/8 — AMÉRICA LATINA: VELHOS PROBLEMAS E NOVAS PERSPECTIVAS:
 — Crescimento econômico e evolução política.
 — ALALC, Fato Andino e outras tentativas de Associação Regional.
 — As relações com os Estados Unidos.
 PROF. DR. HELIO JAGUARI
- Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro — Brasil
- Dia 29/8 — A ALIANÇA OCIDENTAL (PACTO ATLÂNTICO E MCD) APÓS A CRISE DO PETRÓLEO:

- As relações comerciais entre USA e a Europa Ocidental.
- A defesa da Europa Ocidental.
- Problemas econômicos e monetários.
- PROF. DR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
 CEPAP — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

Dia 30/8 — EM DIREÇÃO A UMA NOVA ORDEM MUNDIAL:
 — Fatores de estabilidade e de mudança da estrutura do poder mundial.

PROF. DR. MARCOS KAPLAN

Instituto Torquato Di Tella — Argentina

Dia 02/9 — SOBERANIA E INTERDEPENDÊNCIA NO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XX:

— Tendências à integração e forças conflituosas.

PROF. DR. MORTON A. KAPLAN

Universidade de Chicago — U.S.A.

Dia 03/9 — USA, URSS E CHINA A DIVISÃO DO MUNDO ENTRE AS SUPERPOLENCIAS:

— Determinantes internos da política exterior.

— Polarização ou policentrismo.

— Aflição econômica e democratização participativa.

— O conflito russo-chinês.

PROF. DR. ZBIGNIEW BRZEZINSKI

Universidade de Columbia — U.S.A.

DEBATEADORES:

Professores da FGV, da USP e outras instituições de ensino superior da Faz.

COORDENAÇÃO GERAL:

PROF. DR. HENRIQUE RATTNER — EAESP/FGV

Período e Horário: 26/8 à 31/8/74 das 19:30 às 22:00 h.

Lugar: Auditório da FGV (prédio da simultânea), Av. 8 de Julho n. 2020 — Ibirapuera.

Certificado: Será conferido aos participantes que tiverem frequência

no mínimo em 5 das conferências.

Inscrições e Informações: Pessoalmente na EAESP/FGV, Av. 8 de Julho, 2.020 — 3º andar (Assistente da Diretoria — Dna. Rachel)

Tel.: 236-0011 — R. 313, mediante o pagamento de Cr\$ 2.000,00.

Observação: O número de vagas é limitado e será obedecida estritamente a ordem cronológica das inscrições.

VEJA 1 Maio 74

PESQUISA

Análise do Brasil

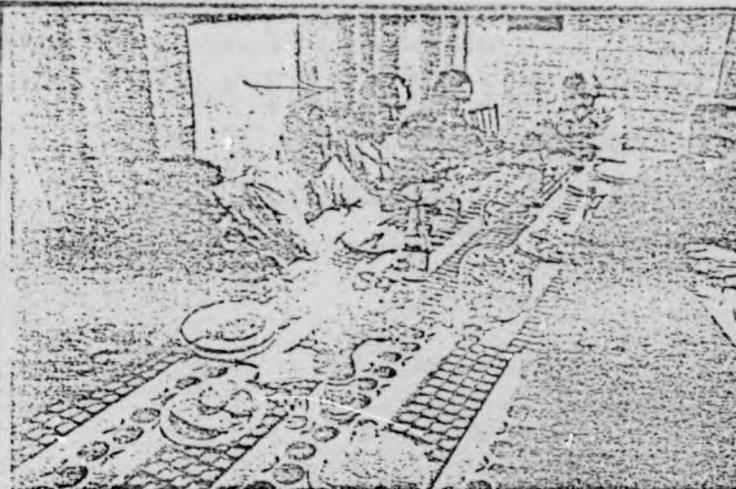
Escolhido pela ONU e organismos científicos de todo o mundo como o Ano Mundial da População, 1974 talvez venha se tornar o ano em que se reunirá o maior número de informações sobre a evolução histórica, a situação atual e as perspectivas populacionais de todos os países. A pedido do Comité International de Coordination des Recherches Nationales en Démographie (Cicred), de Paris, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), com a colaboração do Centro de Estudos de Dinâmica Populacional da Universidade de São Paulo, preparou uma monografia para "qualificar e interpretar as transformações sofridas pela população brasileira nas últimas décadas". Juntamente com os de outros países, será apresentado na Conferência Mundial de População, em agosto, em Bucareste.

Reconhecendo que o governo brasileiro "não aceita qualquer plano nacional de planejamento familiar", a pesquisa do Cebrap descobriu que na última década houve queda da fecundidade no país.

Aberto a todos — Segundo o Cebrap, diminuição de nascimentos ocorreu "espontaneamente, de mudanças econômicas e sociais". Da mesma forma, "prevê-se a acentuação, igualmente espontânea, desta tendência nas próximas duas décadas".

Embora já seja considerado, ao lado do Colégio de México e do Instituto Torcuato di Tella, de Buenos Aires, um dos melhores centros de pesquisa da América Latina, tudo indica que o Cebrap — dirigido, desde sua fundação, pelos professores Cândido Procópio de Camargo, Fernando Henrique Cardoso e Juarez Kubens Brandão Lopes — vai alcançar, com sua participação no Ano Mundial da População, uma maior e inestimável projeção internacional. Contudo, desde que foi criado, há quatro anos, por um grupo de professores universitários, como uma sociedade civil sem fins lucrativos, aberta ao debate acadêmico e acolhendo estudiosos de outras instituições, o Centro obteve reconhecimento no exigente mundo universitário e científico coroando um meticuloso e responsável laboratório de pesquisas e serviços de consultoria a empresas e órgãos governamentais. Como praticamente não recebe verbas oficiais, o Cebrap mantém-se com

a remuneração proporcionada por essas consultorias, a venda de publicações, doações e, desde a sua criação, por subsídios da Fundação Ford. Entre outros professores e cientistas que nos últimos meses analisaram o trabalho do Centro, o economista Albert Hirschman, catedrático em Princeton, EUA, revelou-se estimulante, elogiando o seu caráter "interdisciplinário e iconoclasta".



Simon e Guimarães, à esquerda: sem calcões de banho e exorcizando

MDB

O exorcista

Antecipando-se aos dias barulhentos e agitados da temporada de verão nas praias gaúchas, o MDB do Rio Grande do Sul reuniu-se em Capão da Canoa, a 145 quilômetros de Porto Alegre, para avaliar suas recentes conquistas eleitorais através de um comedido seminário de estudos e debates, mediados pela não mais quixotica figura de seu presidente nacional, deputado Ulysses Guimarães. Durante três dias, até a tarde de segunda-feira da semana passada, quase quatrocentos confiantes oposicionistas discutiram o futuro do partido sob apenas uma proibição, feita pelo presidente do diretório regional, deputado Pedro Simon: não levar esfígeos de banho.

Houve uma promissora sintonia nas palestras e nas comissões, e até mesmo o detalhe dos calcões de banho foi desobedecido apenas pelo irreverente deputado Aluízio Paraguassu. De chamarão em punho e trajando coloridos calcões, contudo, o deputado não surpreendeu ninguém, pois sua originalidade no vestir gastara-se já nos salões da Assembléia gaúcha, que ele costuma freqüentar usando terno, gravata, meias e arrejadas sandálias de couro.

Com voto, sem poder — Desenvolvido sob as propaladas "condições franciscanas" do promotor, o seminário começou no sábado em acelerada agilidade, para que o MDB chegassem à segunda-feira com pelo menos três conclusões definitivas: o partido não deve pedir desculpas pela vitória; em lugar de emendas ao texto atual, deve apresentar o projeto de uma nova Constituição; governo do Estado, em 1978, está à disposição do partido, é só pegá-lo.

As algumas afirmações aparentemente exageradas, os convencionais m a estas conclusões sem as

necessárias e providenciais advertências. Assim, o economista gaúcho Francisco Carrion Júnior lembrou em sua palestra que "seria ingenuidade esperar que o modelo brasileiro de economia fracasse", e portanto "será no modelo político que poderá se contestar o econômico", ignorando os argumentos do deputado Alceu Collares de que o povo votara no MDB exatamente por causa da crise econômica.

A noite o sociólogo paulista Fernando Henrique Cardoso esfriou os mais afiosos advertindo que o MDB "tem o voto, mas não tem o poder", propondo um "pacto fundamental" através da valorização dos setores mais intransigentes do partido, "para evitar a marcha para o outro lado".

Muitas assombrasões — A estrela máxima do encontro, porém, chegaria ape-

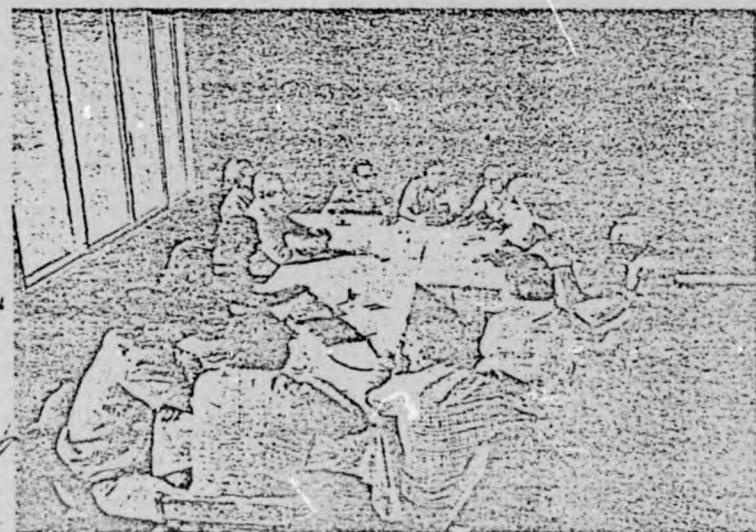
VEJA , 18 Dez 74

nas no dia seguinte e sem sua proverbial e aristocrática elegância. Calças de brim, camisa esporte e sapatos de lona, o senador eleito Paulo Brossard de Souza Pinto desembarcou de um Opala branco em Capão da Canoa surpreendentemente radical. "Não devemos dar explicações a ninguém", disse ele, "e nosso programa de ação não vai se definir agora. Ele já foi trazido na campanha." Em companhia de seu suplente Nei Brito, quatro deputados e dois sociólogos, dedicou-se então à redação de um cuidadoso e curto documento final, de 41 linhas, cujas reivindicações incluem melhor política salarial, melhor distribuição de renda e mais direitos constitucionais.

Não se falou na criação de "ministério-fantasma" para fiscalizar melhor o governo e preparar o MDB em seu caminho na busca do poder. "Sou contra isso", disse Ulysses Guimarães, "e mesmo me considero um deputado-fantasma. Existem muitas assombrasões por aí. Quer maior assombração que os 12% de Delfim Netto? O MDB é o exorcista-des- te filme de fantasmas."

Na terça-feira, após o encontro, Guimarães, Brossard, Simon e outros opositores visitaram em Porto Alegre o escritor Érico Veríssimo, que manifestara seu apoio ao MDB numa carta pública, antes das eleições.

E, apesar dos antecipados temores de que surgissem discordâncias entre os integrantes dos grupos radical e moderado, o MDB conseguiu dar literalmente à praia mostrando um corpo partidário forte, saudável e bem disposto, sem os arranhões e sobressaltos que costumam marcar os naufragos salvos da morte no último alento.



Deputados em comissão: o MDB não vai pedir desculpas pela vitória

1975

Círculo, 20 de fevereiro de 1975

Pág. 9

A crise internacional e o futuro dos países subdesenvolvidos

EM BUSCA DE UMA NOVA UTOPIA

Fernando Henrique Cardoso

CEBRAF

A crise da economia ocidental abriu mais ainda a instabilidade dos modelos de desenvolvimento, dependente das suas particularidades que implicavam na concentração da renda interna e no aumento da dívida externa — e refletiu a crise na necessidade de os países do Terceiro Mundo procurarem alternativas que não sejam simplesmente uma rota hereditária diante da conjuntura criada pela recessão.

Depois de quase duas décadas de expansão econômica no mundo capitalista e de continuado crescimento das economias socialistas, foi com surpresa que os centros internacionais de informação e de decisão perceberam que se entrava numa conjuntura de recessão e talvez mesmo de crise.

Por certo a expansão sofreu nos últimos 20 anos momentos difíceis, especialmente nas economias ocidentais. Estes, porém, estavam na "lógica do sistema". Acreditava-se que o instrumental tecnológico de política econômica, o avanço da tecnologia (especialmente americana), o controle do sistema financeiro mundial que se tornou consolidado a partir de Bretton Woods [1] e a reorganização do sistema de produção e comercialização, só a basta das instituições, seriam suficientes para atacar o espectro de crises persistentes. De igual modo, eram as diferenças crescentes entre as posições do "mundo livre" e a "capitalista" (ou seja, a potência hegemônica), associadas ao risco de recuos importantes na rede política internacional. Estes últimos poderiam levar a apertos em funções de coordenação e o binário principal: a União Soviética. Além disso, o equilíbrio do terceiro mundo e as notícias desastrosas tênicos-económicas do bloco socialista face ao mundo ocidental puxaram encantados as questões arriscadas do ponto de vista deste último: opções para "áreas marginais". Nestas — que é ideologia reacionadora e propaganda logo tornaram "vital" para a segurança do "mundo livre" — poderiam ocorrer entendimentos e eventualmente acordos. Assim foi o caso da África, da Ásia, da África, para o qual os estrategistas elaboraram incansavelmente a "tentativa" e fizeram reencontrar a segurança do mundo ocidental na necessidade de bombardear cidades, desfazer heróis e queimar populações locais com napalm. Perdida a luta-fria, nenhuma "guerra" entre os dois, nem sua repercutão desabou. Visto logo que não pôde previ-las, as fronteiras podem passar por muitos caminhos sem que disso decera "fim da civilização ocidental".

Não obstante, à parte as teorias catastrofistas elaboradas para justificar interesses imediatos e específicos das superpotências, reino no interior do mundo ocidental um entendimento de novo tipo. Fomos em 1945, na Ásia e da América Latina que constituíram os primeiros pobres do capitalismo. Para estes, do ângulo oficial ou oficial, propunham-se políticas de "interdependência", desenvolvimento associado e ajuda externa.



Crescimento persistido

A dura experiência da montagem e da ação da maioria de ajuda externa e de dinamização do investimento estrangeiro provocou, naturalmente, uma reação no chamado Terceiro Mundo. Esta reação passou por um primeiro momento de cultura terceiro-mundista — coincidente com as lutas de descolonização e libertação nacional da África e na Ásia — que desembocou no neutralismo dos anos posteriores à Guerra da Coréia e na defesa, no nível ideológico, de uma "terceira via" para o desenvolvimento, que embora marcada por objetivos socializantes, fosse principalmente uma política de afirmação nuclear e de independência do poder estatal. A Confederação do Bandung (1), a atração da Índia e do Nepal, o respaldo a Tito e Sukarno e sua política e as Conferências da União Africana, são exemplos desta atitude.

Sob o fogar discussão do terceiro-mundismo, mas a sua maneira, modificações importantes foram ocorrendo, em algumas sociedades subdesenvolvidas. Além do Vietnã, em 1954, das lutas anti-imperialistas, o movimento crescente de Cuba, no campo socialista, o fortalecimento da autonomia dentro dele, da União Soviética e a independência da Argélia, o distanciamento da China da política soviética e as guerras independentes e, logo, árabes no Oriente Médio, anunciam-se nos entremitempos clássicos entre o "mundo livre" e os países socialistas.

Simultaneamente, não só os interesses ocidentais contraíram em alguns países-chave, como o Japão e o Brasil, tanto a economia capitalista passou a aumentar seu ritmo crescente "intercolonialização de fronteiras". A huida de nome de terra-habita dentro de um quadro de reorganização da divisão internacional do trabalho pelas empresas multinacionais, floresceu todo um círculo de "crescimento per capita" que constituiu, em algumas

"plataformas" mar e mar, suas economias e suas principais riquezas tanto naturais como de força de trabalho. Mergulho no país da preferência que se instalou, ficou mais estreito e mais intenso a cada forma de exploração. Em qualquer dos casos, os fornecimentos de progresso técnico conseguiram-se graças das camadas priviligiadas das autoridades locais. Os resultados, mal. Alguns destes processos levaram não só a maior aparecimento e consolidação crítica da Técnicia Mundial em termos de mais processos concorrentes; concentração de renda intima e aumento das divisões sociais.

A reação do Terceiro Mundo

Areação do pensamento local contra os distorços que este tipo de crescimento havia produzido são conhecidas. A "dependência" — palavra que resume as características do crescimento econômico baseado na importação de bens de capital e tecnologia, no endividamento excessivo crescente, na parceria entre a ampliação, camada alta, da sua ação ("marginalidade") e na já referida superconcentração interna da renda e da riqueza — passou a ser objeto de toda forma de crise.

Agindo, quando a economia ocidental entrou de chofre num desequilíbrio mais persistente, a postura por assim dizer pragmática e passiva da crise baseava na idéia de dependência, comete aender lugar à crise na vulnerabilidade e na necessidade de alternativas.

Entrou neste contexto que cobram sentido a crise do petróleo e a recessão internacional para os países do Terceiro Mundo. A ação da OPEP e a política mais agressiva das nações subdesenvolvidas tanto dentro da Unesco (Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento), como do bloco tecnicista, no Grua, começam a ser, além de uma nova reação operária, luta e luta direta diante da emergência criada pela recessão e pela alta do petróleo. Imediatamente que, se tem uma ligação, não é, seguramente a de causa e efeito. Assim, dando sequência a inquietações que já se vislumbravam, por exemplo, na América Latina quando diante do fracasso da Aliança para o Progresso e do deserto sul-americano [2], que o Departamento de Estado tratava as chancelarias latino-americanas, estas começaram a embalar negociações que deram origem à criação da C.E.C.L.A. e à reunião de Vila do Rio (1964-68), agora, depois da reunião dos chanceleres em Quito (outubro de 1971) e do encontro do diálogo entre Kissinger e os latino-americanos, pareceram diminuir ainda mais as chances de que a política externa do continente se envolvesse sob o comando indiscutível dos Estados Unidos. A reação latino-americana se simbolizou, pela lenha e persistente reafirmação da Corte, que, mesmo contando com o cerrar dos olhos norte-americanos, deu a OEA. Ultimamente, na Conferência de Dakar (realizada há menos de um mês para debater o problema da comercialização e preços das matérias-primas) alguns países da região que eram acionados como "anti-hegemônias" também voltaram a apoiar o Terceiro Mundo para exigir melhores preços para seus produtos de exportação e para protestar contra a Arábia (Rei da Confederação dos Estados Unidos). O México trata de desenvolver uma política externa independente e terceiro-mundista e a Argentina, apesar da crise política interna, continua, no plano exterior, aprofundar a sua posição de solidariedade da América Latina aos norte-americanos.

Nova ordem internacional

Dentro desse marco, as reivindicações por uma nova ordem econômica mundial passaram a ser apoiadas crescentemente nos países do Terceiro Mundo. Tocando diretamente a questão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, convocada para setembro próximo quando a aliança europeia de equilíbrio institucional

daquela organização, ou seja, de domínio das superpotências, começava a ser questionada. Instigado, a vaga de teatro-mônaco que "basta ao Terceiro" [3] não só provocou intensas reações e sua formação da que é precedente, e que culminou na instalação e na alteração dos Estados nacionais. Por um lado, não só a economia internacional attraversava agora um quadro crítico na qual vários grupos de países subdesenvolvidos puderam — e devem — unir-se, como o equilíbrio político entre grandes potências é fragilizado por sua interferência. Os Estados Unidos enfrentam problemas de soberania política interna e na arena internacional de choque de interesses, como sono, parceiros da União Soviética, a relação Unida com os Estados Unidos e a União Soviética não estão em processo de renegociação em função de polícias internas dos dois países, como parecem impulsionar, mais, influências de força relativa dos Estados Unidos que há 10 anos levaram vantagens estratégicas e em armamentos tanto nucleares como convencionais. Por outro lado — apesar das desigualdades da situação política interna entre os países do Terceiro mundo — as revindicações quanto a futuro nacional não parecem ter mais de gênero que aquele o paradoxal, seja, a busca frenética da reposição do modelo de sociedade ocidental-industrializada.

Esse último aspecto — da maior importância — aparece claramente em documentos como a Declaração de Coooyor, de outubro de 1971, ou o "Comunicado" do Fórum do Terceiro Mundo, reunido em Karlsruhe em junho desse ano. Em vez da crescente do Produto Nacional Bruto e do alto para implantação de uma civilização industrial de tipo destrutivo quanto à natureza e pervergo quanto aos efeitos sociais do empoderamento do resurgimento, diverso e estimulante como tal, em vez de crescimento, ou seja, baseado, em primis, no uso de tecnologias e no qualitativamente. Chegou mesmo ao extremo de propor um crescimento baseado no modelo de uma economia fechada, para evitar as distorções que a riqueza monopolística, o consumo e a dependência externa acarretavam.

Em busca de uma utopia

Por certo, a aplicação destes princípios será redefinida pelas condições e possibilidades de cada sociedade nacional. Não é certo que se possa aplicar modelos de desenvolvimento baseados na colaboração intracultural de sociedades agrárias e bastante industrializadas, como são alguns do Terceiro Mundo. Mas a tendência — para o organizar ésto é o que conta — orienta-se para a busca de uma utopia que sem recuar o fundamental radical da convivência entre os homens e a realização plena das potencialidadesividuais, não está também, em nome destes valores, na armadilha de repetir os países do Terceiro Mundo o que não é o que hoje está em crise nos Estados Unidos.

continua na página 10

III Conferência Internacional realizada em Bretton Woods (Estados Unidos) em julho de 1944, para estabelecer as bases do novo sistema monetário internacional. Como resultado dessa conferência foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Banca Mundial.

(2) New Deal (Nova Acrópolis — Política adotada por Franklin Roosevelt a partir de 1933 para tirar os Estados Unidos do Grande Depósito, iniciada em 1937. Essa política se constitui basicamente em projetos governamentais para dar assistência financeira e trabalho, um desemprego previdenciado no EUA, que é, no caso representava cerca de 25% da força de trabalho.

(3) Primeira Conferência dos países do Terceiro Mundo, realizada em 1957.

1975

Opinião, 18 de Fevereiro de 1975

10

A crise e os países subdesenvolvidos

continuação da página 9

Unidos e na Europa. Não se quer mais automaticamente para servir propriedades privadas, nem mais poluição para cada vez mais angustiadas populações. Busca-se para um novo estilo de desenvolvimento o difícil apelo em utopias que têm de desembocar para o idealismo lúgubre e a resposta misticamente existencial que a crise da cultura ocidental corre o risco de inovar em suas gerações mais jovens, da passos à frente na construção de um futuro de maior densidade vital. Briga-se, portanto, uma utopia socialmente transformadora, capaz de puentar a ação concreta das paixões deserdadas, que sem recusar a herança positiva da civilização ocidental e o indumento teórico-racional que a sustenta, incorpora também os valores próprios de outras culturas (até hoje marginalizadas) que não recusam a crença na superioridade do interesse comum sobre o individual; e não substituem a filosofia simples e legítima da vida cotidiana pela irracionalidade da agressão à do progresso quando passam a ser vistos como fins em si mesmos.

O desafio é grande e está posto. Será que, de fato, os povos do "hemisfério sul" terão a energia e a capacidade criadora para elaborar e propor um novo estilo de desenvolvimento que tenha um fundamento econômico real e no mesmo tempo o charme da abertura de novas formas culturais capazes de impor-se ao mundo como um modelo alternativo? E o que, a creer na Declaração de "Tucuyoc" e no "Comunicado" de Narachi, veremos desenvolver-se na cena mundial na próxima década?... Sonha, da crise mundial e do massacre do petróleo? Sei-lhe. Brevemente haverá uma nova ordem econômica mundial capaz de ser duradoura e progressiva, pois os constraintos (restrições) do estilo de crescimento econômico controlados pelas multinacionais e pelo monopólio tecnológico-financeiro das economias centrais acarretam necessariamente formas de dominação que, do ângulo dos países dependentes, são injuntas e perpetuadoras de desigualdades sociais e econômicas, tanto nacional como internacionalmente.

No fim do ano passado foi divulgado que o PIB cresceu 10% em 1974 e todos nós sentimos mais aliviados por saber que mantivemos um ritmo de crescimento nacional. Há poucos dias, porém, o ministro da Fazenda declarou que, devido à dificuldade no Balanço de Pagamentos, não se deve esperar que o crescimento do PIB venha a superar os 7%. O que significa isso? Será certo que o bem-estar da população vai aumentar em 1975 um pouquinho menos que em 1974?

Para tentar responder a esta questão convém examinar por menorizaçamente o que é e como se calcula o PIB. Para começar, convém notar que o PIB — Produto Interno Bruto — é uma de várias estatísticas que são calculadas para exprimir dimensões globais de toda atividade econômica do país. O PIB pretende, mais especificamente, medir tudo o que se produziu no país durante um ano. Para se medir o conjunto de tudo o que se dispõe, durante o ano, calcula-se o "Total da Oferta de Bens e Serviços" (que inclui a Importação de Mercadorias e Serviços). Para se saber o que foi consumido no país, durante o ano (que dá uma ideia mais aproximada do bem-estar corrente da população), calcula-se o "Consumo Pessoal" e o "Consumo do Governo". No entanto, como estes agregados evoluem mais ou menos à mesma taxa, o PIB é tomado como representativo de todos, para fins de apresentação ao grande público.

Como medir a riqueza?

O cálculo das Contas Nacionais é bastante complexo e requer uma enorme quantidade de informações, que são retiradas dos Censos Demográficos e Econômicos, das estatísticas de contribuições à Previdência Social e do Imposto de Renda, etc. A dificuldade básica, no entanto, é metodológica e consiste na pretensão de exprimir numa única cifra um fenômeno tão multifacetado quanto a produção global do país. Esta produção é, naturalmente, um agregado heterogêneo de centenas de milhares de bens e serviços diferentes. Mesmo se pudesse obter a exata quantidade produzida durante o ano de cada um destes bens e serviços, ainda restaria o problema de como somar estas quantidades de valores de uso diferentes. Há uma solução aparentemente simples, que é apontada pela própria prática: a cada valor de uso se associa em geral um preço, de modo que é possível reduzir todos os valores de uso a um mesmo denominador — o cruzeiro — e depois basta somá-los. E o que faz uma

dona de casa quanto vai à feira: ela leva determinada quantia em dinheiro para comprar quantidades diversas de muitos bens. A profusão de gêneros adquiridos não lhe impede, no entanto, de constatar de quantos por cento seu gasto global na feira foi esta semana maior ou menor do que, digamos, há um mês.

A dificuldade que há neste procedimento é que a composição do PIB muda, ano a ano, novos produtos se agregam à Cesta de Consumo, novos produtos substituem produtos mais antigos, certos serviços se expandem para enfrentar emergências etc. A ambiguidade do PIB é que nele se inclui tudo o que é produzido, não importa por qual razão. Como diz o manual *Contas Nacionais do Brasil* do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Rio, 1972), pode acontecer que o aumento da participação do setor terciário (II) no produto tenha significado, na realidade, como costuma acontecer, uma "simples modificação do número de intermediários entre a produção de bens finais e o consumo final. A ocorrência de uma epidemia, por exemplo, eleva substancialmente os gastos em saúde... porém é evidente a queda do bem-estar da população". O último exemplo, face à epidemia de meningite, que nos atingiu o ano passado, nem mesmo a calhar. Os custos da "cineza de milhões de escolares e tratamento de milhares de docentes obviamente contribuiriam para que crescesse o PIB. Seria melhor que tais gastos não fizessem que ser feitos e que o PIB tivesse crescido menos.

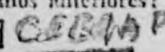
Os paradoxos do PIB

Leontief, o eminentíssimo Prêmio Nobel de Economia, e amante de paradoxos, gosta de repetir que a poluição eleva o PIB e que despeluição também o eleva. Tocada em miúdos, esta expressão se refere ao fato de que o fruto de atividades que poluem a atmosfera e as águas — como as indústrias da papel, fábricas de cimento, refinarias de petróleo — é computado no PIB da mesma forma que o de atividade (como-

Medindo a riqueza e o bem-estar O ambíguo PIB

Qual o esforço, para o bem-estar da população, se o PIB não crescer em 1975 à mesma taxa dos anos anteriores?

Paul Singer



o tratamento de esgotos, a fabricação de filtros, etc...), que se destinam a desfazer os efeitos poluentes das primeiras. O paradoxo naturalmente é que medidas preventivas que evitam a poluição e tornarem a despoluição desnecessária, reduziriam o PIB.

Este paradoxo revela uma ambiguidade básica da Contabilidade Nacional que reside no uso dos preços correntes na agregação dos valores de uso. No Brasil, de acordo com as normas da ONU, se fazem duas estimativas do Produto a preços correntes e a preços constantes (ou seja, eliminando-se as variações de preços causadas pela inflação). Esta última estimativa se baseia nas quantidades físicas produzidas e dá como resultado o Produto Real. A agregação é feita mediante ponderações móveis, ou seja, se usam, em cada ano, os preços relativos do ano anterior. Assim, por exemplo, a ponderação do Produto Real no ano de 1969 foi a seguinte: Agricultura 21,9%; Indústria 37,6%; Comércio 16,7%; Transporte e Comunicações 7,2%; Outros Serviços 16,6%. O que acontece, porém, se houver uma inovação técnica que permita reduzir fortemente os custos num setor, digamos, na Agricultura? Provavelmente o volume da sua produção líquida vai crescer mas os preços de seus produtos caíram. Não é impossível que o resultado seja uma queda do peso da Agricultura no Produto e até mesmo uma diminuição deste. Agora se acontecer o oposto, se houver uma galantilhada que reduza drasticamente a produção de um setor (exemplo, que desmorone as fábricas), os preços dos seus produtos deverão subir, o que pode perfeitamente elevar seu peso no Produto Real e inclusive provocar o crescimento deste.

A ambiguidade decorre, em última análise, do fato de que a cada momento os preços refletem os custos e as condições de mercado de cada uma das mercadorias, mas ao longo do tempo os preços variam inversamente com a produtividade, de modo que o crescimento destas — que é a essência do progresso — implica numa queda so-

não absoluta, pelo menos relativa de preços. Isto significa que o PIB é determinado ano para, de fato, refletir o esforço produtivo dispensado na variação do PIB de um ano a outro não reflete necessariamente a variação de fruto deste esforço. Isto não quer dizer que as computações da Contabilidade Nacional sejam inúteis, mas apenas que elas não podem substituir a análise mais detalhada da evolução da vida econômica do país, para se entender como evolui o bem-estar da população (2).

Resta acrescentar que a ambiguidade da Contabilidade Nacional não decorre de alguma falha metodológica corrigível, mas de um contradição que é inerente ao próprio capitalismo, e que consiste no fato de que qualquer elevação da produtividade de fato cria superprodução latente e, portanto, aniquila capacidade produtiva e torna redundante força de trabalho. Estas consequências negativas das grandes produções se realizam mediante queda dos preços relativos. Em suma no capitalismo os preços refletem, embora com devido valor, isto é valor de uso (que satisfaaz necessidades e valor de troca (que representa tempo de trabalho). Daí o produto de preços por quantidades se torna igual mas o seu sentido não se univoco: o crescimento de uma massa de valor (preços X quantidades) pode não corresponder a um acréscimo na quantidade de valores de uso.

(1) O setor de serviços inclui comércio, transportes, comunicações, etc. Todas as atividades que não estão incluídas na agricultura (setor primário) ou na indústria (setor secundário) fazem parte do setor terciário.

(2) — Aproveito o enredo para retificar declaração que o Jornal do Brasil me atribuiu em sua edição de 25/12/1974, no sentido de que eu estava "explicando" as estimativas de crescimento do PIB não podendo ter tomado literalmente como medida de acréscimo de bens e serviços produzidos. Assim, o grande acréscimo de preços do petróleo desde fins de 1973, que equivalia, para um país importador como o Brasil, a uma perda de produtividade, pode, como se via acima, afetar positivamente o PIB. O aumento das tarifas de combustíveis deverá elevar seu peso na ponderação do Produto Real e poderá eventualmente ter influência sobre o crescimento destas. É claro que isto não quer dizer que a estimativa de que o PIB tenha crescido 10% em 1974 seja "íntima", mas pretende colocar em perspectiva o que significa este crescimento.

JORNAL DA TARDE 13/09/76

1976

Na reunião anual dos sociólogos norte-americanos, teses sobre o Brasil.

"Capital nacional e multinacional na industrialização do Brasil" e "Marginalidade ocupacional como o tipo crítico de marginalidade social" — falaram no Brasil, no 41º Encontro Anual da Associação de Sociologia Americana, realizado em poucos dias em Nova York.
Ao final da reunião, depois das extensas manifestações dos negros, dos homossexuais, das feministas e das meias, ficou, para alguns, a impressão de que nada fundamentalmente nova foi apresentada.
Por Maria Costa Pinto, especial para o Jornal da Tarde.

Reunidos durante cinco dias no Hotel New York Hilton, um grupo de 3.735 sociólogos americanos debateram durante a última semana de outubro mais de 700 trabalhos, aprofundando nos mais variados temas sobre os maiores e desafios sociais do mundo contemporâneo. Das 213 sessões do encontro — o 41º Encontro Anual da Associação de Sociologia Americana (ASA) — pelo menos uma foi inteiramente dedicada ao desenvolvimento da América Latina, e pelo menos três dos trabalhos trataram do Brasil. Os assuntos escolhidos: capitalismo via monopólio, multinacional e marginalidade ocupacional.

O primeiro dos trabalhos, "O desenvolvimento do Estado e do capitalismo no Brasil e no Peru", foi apresentado na sessão sobre empresas multinacionais e estrutura internacional do poder. Seu autor, Tom Barnat, professor da Universidade de Rutgers, em Nova Jersey, esclareceu que "se utiliza da noção de relativa autonomia do estado capitalista em relação às classes sociais dominantes para explicar uma divergência importante no desenvolvimento econômico do Brasil e do Peru".

A tese de Barnat é a de que "o fato do governo pertencer ter uma autonomia da burguesia local em termos econômicos tem sido um fator decisivo na determinação da tendência desta nação para um capitalismo estatal dependente. Ao contrário do Brasil, onde se encontra uma forma privada de desenvolvimento capitalista por meios monopolistas".

O segundo trabalho, do sociólogo Peter Evans, foi sobre o tema "Um balanço balanço: capital nacional e multinacional na industrialização do Brasil". Evans, que já esteve várias vezes no Brasil — a última como professor visitante no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, onde lecionou durante o ano de 1974 — diz que seu trabalho se deu à luz de premissas que fez esta época. Mas o tema consiste das conclusões que trouxe logo após a sua primeira viagem ao Brasil, em 1967.

Naquele época, ainda estudante de sociologia da Universidade de Harvard, passou sete semanas no Rio de Janeiro pesquisando favelas. Foi então que concluiu: "Oeste americano, a minha função não é estudar as favelas. É mais importante para mim americano entender o papel da mídia norte-americana na formação da sociologia brasileira". E deu então passos a caminho as empresas multinacionais no Brasil.

A sua tese ressalta que "uma análise histórica da crescente predominância das empresas multinacionais na indústria brasileira não pode se apoiar na conclusão de que a burguesia nacional ficou marginalizada com a industrialização da indústria. Evans fala sobre a "existência na cúpula extremada da elite econômica brasileira de alianças entre os grandes grupos econômicos brasileiros e o capital multinacional". Nesta análise, diz ele, os grupos brasileiros não aparecem apenas como simples compradores, mas desempenham um papel importante de acumulação de capital no Brasil, na medida em que concentram mais poder que muitas empresas multinacionais, porque

mantêm vínculos com várias delas e não apenas com uma multinacional. Um dos exemplos que ele utiliza em seu trabalho é o do grupo Azevedo Nunes.

O terceiro trabalho sobre o Brasil foi apresentado por Francis French, da Universidade de Northern Kentucky, que o escreveu em conjunto com o brasileiro Vilmar Faria do CEBRAP. Eles partem da premissa de que "o tipo mais crítico de marginalidade social é a marginalidade ocupacional, que em economias centrais definimos como a não-participação nas relações capitalistas de produção". O objetivo do trabalho que apresentaram, segundo dizem, é diferenciar pobreza e marginalidade e, em particular pobreza urbana e marginalidade ocupacional.

Ambos sustentam a tese de que "marginalidade ocupacional não implica necessariamente numa situação pior de vida do que a experimentada nos setores capitalistas, nem nas pobres das centros urbanos. Nem necessariamente implica em atração para membros de grupos socialmente marginalizados como os jovens, as mulheres, os imigrantes e os negros brancos". O estudo foi realizado com base em dados colhidos pelo CEBRAP na cidade de Salvador, Bahia, em 1971 e 1972.

Durante todo o tempo, nos quadros de avisos e nas mesas formadas de pano verde que foram espalhadas nas amplas áreas de circulação do hotel, os sociólogos pudermos comprar por 17 dólares uma passagem para um passeio em ônibus personalizado pelo Harleim, o barco negro de Nova York. Para os militantes organizados pelo comitê contra o racismo.

Entre os anúncios de próximos encontros, houve o da Associação para o Estudo Sociológico do Juiz de Fora. Outro para o tema "Complexidade: um desafio à capacidade de adaptação da sociedade americana, 1959-1977". E ainda um outro convidando para o II Simpósio International de Victimologia — o estudo das vítimas de situações de crimes. Havia, também no mesmo quadro, o anúncio de uma editora que se oferecia para publicar qualquer livro de sociologia, e uma oferta de emprego de presidente do Departamento de Sociologia de uma universidade em Illinois.

Competindo com os convites e ofertas estavam as propostas e anúncios de vários grupos, que aproveitavam o encontro para se unir, para lutar os sociólogos humanistas, os sociólogos críticos, os de origem chinesa, os sociólogos instigantes, os radicais, os neócrates, os cristãos, os sociólogos em ruros, os professores americanos pro paz no Oriente Médio, os sociólogos feministas, e ainda todos os interessados em Exosociologia, isto é, "sociologia do espaço sideral e vida em Marte".

Segundo alguns, o encontro deste ano não chegou a oferecer nenhum grande novidade sobre os rumos da sociologia nos Estados Unidos, mas serviu como confirmação de algumas tendências que já vêm se manifestando nos últimos cinco anos.

James Petras, 39 anos, professor de Sociologia em Binghamton, Estado de

Nova York, aponta como uma dessas tendências "a rejeição da análise funcionalista e uma visão da sociedade não mais como um todo funcionando ordenadamente, mas, sim, como um conjunto de grupos em conflito". As pesquisas sociológicas americanas, então, estariam sofrendo um processo de reorientação, "trocando as questões de estabilidade e consenso pelas questões de mudança e reforma".

Outra tendência que Petras aponta é da "integração das pesquisas sociológicas e históricas". Segundo ele, a figura de humanista de Alfred Me Clint Lee, presidente da ASA, é bastante emblemática: "Ele é hostil à quantificação e favorece a combinação de pesquisas e estudos e investigação social". Daí aí Petras que "a sociologia americana está se tornando cada vez mais crítica das instituições e dos administradores americanos".

E isto estaria acontecendo nos trabalhos dos dois grandes grupos em que se divide os sociólogos americanos: "os ativistas que orientam seus trabalhos para uma mudança e que são os sociólogos propriamente ditos e os tecnocratas, que se dedicam apenas a retratar a sociedade".

Peter Evans, 32 anos, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brown, em Providence, no Estado de Rhode Island, acha, no entanto, que "atualmente, nos Estados Unidos existe uma pressão no sentido de que a sociologia se transformou numa disciplina aplicada que se orienta basicamente para o estudo das questões consideradas como problemas pelos órgãos oficiais americanos. É cita como exemplo a ênfase que vem sendo dada ao estudo do controle do crime — um dos grandes problemas que o país enfrenta".

Trabalhos que se enquadram dentro desta orientação são, por exemplo, que recebem apoio financeiro mais efetivo do governo. "Se alguém quiser, digamos, estudar a sociologia da arte primitiva vai ter dificuldade para conseguir uma subvenção" — comenta ele.

O MDB NA CONJUNTURA POLÍTICA ELEITORAL

(as linhas programáticas)



I

O MDB nasceu numa conjuntura difícil da vida política brasileira quando as correntes autoritárias que se tornaram donas do poder depois de 1964 impuseram o Ato Institucional nº II. Rebeldes à tradição pluralista e democrática que se vinha fortalecendo desde 1945, as correntes autocráticas e centralizadoras tentaram erradicar do solo político brasileiro as saudáveis divergências democráticas que se vinham enraizando em algumas legendas partidárias. Pensaram dar-lhes um golpe decisivo criando um esdrúxulo bi-partidismo organizado por decreto presidencial.

Sem o querer, entretanto, os autoritários lançaram as bases de uma oposição real: ao obrigar a definição entre adesistas e independentes o Ato que criou tanto a ARENA como possibilitou a criação do MDB fez pelo menos um corte político importante: Os que não quiseram dobrar-se às facilidades de um quase-partido único foram lançados à legenda da oposição.

Com o tempo as antigas divergências entre homens oriundos de várias legendas, cujas rixas muitas vezes eram episódicas e estavam presas aos interesses eleitorais do





cais, foram dando lugar a um estado de espírito mais homogêneo que teve como denominador comum a defesa intransigente das liberdades e da forma democrática de organização nacional.

Este estado de espírito, se assim se pudesse definir o ânimo dos emedebistas, foi suficientemente forte para mantê-los (em que pesem divergências internas naturais em qualquer partido democrático quanto às táticas a serem adotadas) coesos lutando contra o fortalecimento do regime desacionário no Brasil e contra as tropelias governamentais e policiais. Não é necessário recordar essa luta, viva na memória nacional, em torno da defesa intransigente dos direitos do homem, contra o AI-V, contra o centralismo autocrático que ainda agora desferiu novo golpe na Constituição feita por eles próprios e que deu à fusão da Guanabara e do Estado do Rio sem consulta plebiscitária, contra o 477 que congela a universidade, contra a transformação crescente do Estado na direção de um estado policial, na favor, em suma, da democracia e da soberania popular. Esta luta levou o partido a proclamar uma anti-candidatura à presidência como forma de protesto e de luta.

As dificuldades do regime para justificar o autoritarismo crescente perante o povo, perante os próprios setores políticos dominantes e perante a opinião pública internacional, levaram agora a política dominante a um impasse. Este impasse deriva também do que avançou tanto o processo de





criação de uma espécie de poder irresponsável juridicamente
chamado de "Sistema" — que a própria legalidade revolucionária,
substantivada na Presidência, acabou por ter de iniciar
especulações sobre uma nova institucionalidade. Assim, desde
o apossado do General Geisel e de seus discursos como candidato,
o governo começou a tecer novas filigranas político-verbais
em torno da questão do desenvolvimento máximo com um mínimo
de segurança.

Não é de à Oposição indicar ao governo como
poderá ele escapar dos dilemas a que foi submetido pelos dez
anos de Revolução. Cabe apenas anotar que no atual conjuntu-
ra o próprio Sistema está diante de opções árduas. O General
Geisel mencionou em discurso de plataforma que não se sabe
se as multinacionais atuam para bem ou para mal; que o Brasil
deve decidir entre seu papel como parte do Terceiro Mundo
ou como Potência entre as grandes; etc.. De lá para cá, a
crise do petróleo, os déficits crescentes da balança de pagamen-
tos, a "revelação" de que o Brasil passa por um surto agudo
de inflação, a necessidade de apoiar, pela ação do Estado,
empresas nacionais para evitar a desnacionalização, em suma,
o reconhecimento, na prática, de que as críticas do MDB eram
corretas, levou o governo à necessidade de uma revisão nas
políticas.

Entretanto, em vez de assumir claramente a res-
ponsabilidade por essa revisão e de sair do imobilismo, o go-





4.

verno atual tenta remendar parcialmente as políticas econômico-sociais do passado, sem ousar uma mudança de modelo, e em vez de, no plano político marchar claramente para a redemocratização, silencia e propõe "fórmulas" desacreditadas por intermédio de seus líderes políticos: incorporação do AI-V à Constituição para "resolver" a questão da democracia, voto distrital e fortalecimento dos municípios, mantendo-se entretanto o intervencionismo federal, mais "diálogo" entre os detentores de cargos públicos e a classe política, sem que o povo seja ouvido, etc..

Frente a esta conjuntura o MDB também deve dar um salto para frente. Nossa tarefa básica, no plano partidário será a de transformar, de fato, o estado de espírito oposicionista num partido nacionalmente organizado. No plano geral, cabe-nos assumir como preocupação dominante, em matéria política, a "questão da democracia" e no plano social as reivindicações de igualdade que os tecnocratas oficiais relegam cada vez mais para um futuro distante e imprevisível.

II

Neste sentido, programaticamente o MDB defende que sua política passa pelo equacionamento do problema do restabelecimento das liberdades junto com a questão básica da igualdade social.





É preciso evitar as trampas: não pode haver igualdade social real numa sociedade em que exista monopolização econômica. Por consequência, mesmo que não se discuta o tema das formas sociais de propriedade, ou seja, a questão do socialismo, é preciso reconhecer que para manter o epíteto "democracia", ainda que sem o rebarbativo "popular", é preciso colocar a questão das liberdades que permitem a organização das forças sociais que vão barganhar, no nível político, as condições de uma espécie de igualdade ex-post. Ou seja, parte-se da base de que os homens são socialmente desiguais e que esta desigualdade se reproduz e se amplia através das relações de propriedade e das relações de classe. Mas, e o mas é a modificação possível, em condições dadas (políticas), os partidos, os sindicatos, a imprensa, as organizações da sociedade civil numa palavra, pode diminuir os efeitos cumulativos de desigualdade econômica e social, que o "livre jogo" dos interesses dominantes organizados impõe, através da Empresa e do Estado, ao conjunto da Nação.

Essa é a característica fundamental das democracias modernas (Suécia, Inglaterra e mesmo Estados Unidos). É falsa a discussão e oposição entre liberalismo, como puro reino das formas e protótipo das sociedades de "mercado político", que partem da racionalidade individual e abstrata, e por outro lado uma política de "conteúdo social" - no fundo, corporatista ou fascista. Para retomar o problema com sentido, é preciso discutir a relação entre organizações (como a

V. CefalH





empresa e o sindicato, o estado e os partidos) que são desiguais quanto a seus fundamentos econômicos e que no processo político, pela força e não pelo cálculo da razão, pactam normas (Estado de Direito) que permitem a correção parcial da tendência à desigualdade crescente (portanto, Estado social de direito).

Nas condições gerais do mundo contemporâneo, a discussão básica em cada nível (Estado, Partidos, Sindicatos, Empresas) é a da definição das formas de controle. Entre estas existem as diretas - a ordem institucional e a ordem privada - e as indiretas. Estas últimas implicam tanto os problemas da "cultura política" (a questão dos valores), como, especialmente, o problema da legitimidade do conflito e a necessidade de considerar como recurso político fundamental para a construção de uma ordem democrática e socialmente favorável à igualdade cívica, o problema do fluxo de informações.

No caso brasileiro, a pré-condição geral da reorganização da ordem política é ainda ativação do fluxo de informações e da criação e resguardo dos canais de informação da opinião pública. É essa a luta imediata contra o fascismo possível.

Assim, os partidos de oposição antes de se definirem sobre a organização do estado e mesmo antes de colocar o problema da representação e da representatividade, têm





de colocar a questão da formação da opinião pública.

Aqui não pode haver embuste: ou bem se impõe ao Príncipe eventual - ao Estado - (mesmo que eventualmente ele deseje ser um despota esclarecido) contratos sociais que assegurem o direito da sociedade civil à informação e o dever do Estado de assegurar os canais de transmissão (liberdade de imprensa, acesso obrigatório à TV por parte das oposições etc.), ou, no mundo contemporâneo tornar-se obsoleta a discussão, assim "formal", sobre direitos políticos ou civis.

Nesse sentido, reconhecendo o ponto de partida paupérrimo de uma democratização no Brasil, política torna-se naquilo que é quase seu oposto: pedagogia.

Além disso, a passagem da política oligárquica à política "para a massa", mas não "de massas", fez-se no Brasil num contexto em que, no passado, o liberalismo formal-oligárquico prescindia da opinião dos cidadãos e que hoje tão pouco se forma um público, mas, ao contrário, se homogeneiza uma reação adaptativa de massas.

A questão, entretanto, não se resolve, como já claramente queria D. Pedro II na discussão da Lei do Terço, pela educação formal, mas pela educação política, que é outra coisa.





8.

Exemplo da "postura pedagógica" e da sensibilidade para o problema fundamental do fluxo de informações e formação de uma opinião está no encaminhamento do MDB à questão sucessória presidencial.

III

Junto com o enfoque proposto de considerar as condições necessárias que deve estar subjacentes à formalização democrática, está a outra questão, a da igualdade cívica e do controle social necessário do Estado e da ordem política.

Aqui o problema de base (que alcança também o tópico anterior) é a questão de saber quais são as forças sociais da oposição.

Em resumo, há duas ou três opções extremas:

- a) a oposição será constituída pelo "sector da elite" (definida por qualquer critério) que discorda, em nome próprio ou por delegação não expressa do povo, do rumo que a atual elite governante está dando ao país por n + 1 razões. Neste caso as políticas propostas devem ser basicamente de cípula. No limite, a oposição procurará infiltrar o estabelecimento dominante e soprar no ouvido do Príncipe as lumes que supostamente lhe faltam;

(sic)
Nesta opção, a oposição classifica-se como "sector da elite" etc., seu sonhado, o eleição dos "eleitores eleitos do governo" - o bipartidismo ou oligarquia



9.

b) a oposição será o resultado da ação dos que "nunca tiveram vez" na história política do Brasil, como os chamados setores marginais urbanos, os camponeses, os analfabetos etc.. Neste caso, a questão da democracia e da formação da opinião pública é utópica. Os caminhos do fortalecimento político deveriam passar pela mobilização populista ou contestatória;

*(Det. autor Juiz que os discursos neste tópico só se
são úteis no futuro, alias os anais do tópico e)*

c) a oposição terá sua espinha dorsal encravada nos setores assalariados (de trabalhadores e de classe média), chamados "modernos" ou "integrados", englobando, inclusive, as camadas sociais que respondem politicamente mais aos aspectos ideológicos do que a interesses strictu sensu, como os estudantes, a intelectualidade e os técnicos.

Obviamente, se o partido se limitar a mobilizar os integrantes dos círculos sociais indicados no tópico ele se prestará ao jogo formal de criação do bi-partidismo ligárquico que parece ser o desejo secreto dos "democratas" do governo. Exclui-se portanto esta hipótese da estratégia política de mobilização social e eleitoral do MDB.

As camadas e forças sociais indicadas no tópico por sua própria situação, dificilmente poderão constituir a linha de frente de um partido democrático, favorável à igualdade social e organizado racionalmente. Sem menosprezar o pele e o significado político e moral da existência do





plas camadas "marginalizadas" na estrutura brasileira, o MDB considera, entretanto, que primariamente sua atividade no recrutamento de quadros e na dinamização da oposição pública deve estar baseada nas classes e grupos sociais mencionados no item c). Eles devem constituir a espinha dorsal do partido, à qual deverão juntar-se, no futuro, o protesto e as energias da maioria explorada mencionada no tópico b.

IV

Sendo assim, e descontando o que o centro político da oposição será contra o AI-V, por consequência maior do habens corpus e das liberdades civis e políticas, tem sentido falar em política como pedagogia (as "campanhas" do civilismo, porém num contexto não formal e, portanto, eventualmente até com militares) e insistir na formação de uma opinião pública ativa.

Mas o decisivo é dar a essas campanhas um conteúdo social igualitário. Neste sentido, reafilar a necessidade de ativar os sindicatos, as associações de bairros, os grêmios estudantis para, em bases não demagógicas, levantar as questões concretas que lhes interessem.

Noutros termos: há que transformar o MDP no "Partido dos Assalariados" e dar-lhes a estrutura organizató





ria que necessitem para essas reivindicações.

Esta estratégia não visa apenas criar um partido reivindicativo em nome dos assalariados e, portanto, quem define no plano da ação social. Ela visa também um claro desdobramento no plano político e possui um programa econômico definido.

Politicamente o sentido do programa do MDB na conjuntura atual é o de constituir-se como uma barreira efetiva para evitar que formas corporativistas ou de fascismo cabilo se perpetuem no Brasil. Na medida em que houver um grande partido nacional, o populismo mais organizado, que visse integrar massa e criasse mecanismos de democratização da opinião pública mas que não seja "de massas" na acepção populista-fascista, que visse acelerar o controlo direto das instâncias fundamentais na decisão das políticas ao nível das empresas, da administração pública e do Estado, mas que seja um controle aberto a público, será mais difícil a implantação de uma ordem elitista-burocrático-tecnocrática.

Neste momento, no centro do sistema dominante, se aninhem contradiitoriamente forças tanto corporativistas - nacionistas - baseadas numa espécie de "burguesia do estado ou burguesia fiscal" - como setores que são ideologicamente democráticos (embora não populares e igualitários).





No equilíbrio instável entre estas tendências, que se cruzam com os interesses da burguesia internacionalizada, com a burguesia monopólica "multinacional" e com a "burguesia estatal", parece que a linha de força está por romper-se a favor desta última. Sabemos que ela pactará, no plano econômico, com os setores monopólicos externos, criando as bases para consolidar um novo "padrão desenvolvimentista", baseado no modelo "industrial-prinário-e exportador" ao qual se adicionará um setor de produção de equipamentos que eventualmente permitirá futura expansão do mercado interno. Mas, no plano político, ela pode servir de trampolim para um "fascismo atualizado". O ângulo "social" (a mobilização e a integração econômica, seu participação política) pode ser uma cunha devastadora nas bases potenciais da oposição. Se a isso a oposição responder apenas com a mística dos direitos, será traga da facilmente.

O MDB responderá a estas propostas do governo denunciando a espoliação salarial que reduz de muito os benefícios que os trabalhadores recebem com este estilo de desenvolvimento. E mostrará concretamente, comparando os salários com os preços dos produtos de consumo popular, os efeitos devastadores da alta do custo de vida gerada pelo crescimento dependente e monopólico de nossa economia. E proporá um novo estilo de desenvolvimento, nacional e em benefício da maioria da população.





Sendo assim, há que responder não à multinacional (e não talvez), sim à Empresa Pública (que também é monopólica) mas dependendo do controle democrático dela. Como? Pelo Congresso mas também diretamente à nível da Empresa. É preciso ativar a crítica ao novo modelo de dependência externa, pelos efeitos distorcionadores que ele produz na ordem interna: na distribuição e no controle dos frutos do desenvolvimento. Será preciso, por outro lado, reviver a questão agrária, discutir as políticas urbanas, reorientar o ENH, denunciar a carestia. Em suma, olhar para os problemas do desenvolvimento a partir do ângulo do homem e das camadas exploradas (trabalhadores, mulheres, juventude etc.), como o faz o manual do MDB para a campanha eleitoral.

Ou seja, o MDB não aceita a oposição entre fascismo ou democracia formal, mas propõe uma Democracia baseada na ativação de todas as camadas da sociedade, no controle das decisões pelas bases, na organização formal das esferas de competência e de direito e na orientação claramente nacional e igualitária das políticas de desenvolvimento econômico. Em lugar do binômio artifício entre Segurança (para alguns) e Desenvolvimento (às custas da maioria), o MDB propõe Participação, Controle Democrático, Desenvolvimento em benefício da maioria.



Conforme prescreve o Artigo 62 do Decreto n.º CO 117, de 11/3/67, o destinatário é responsável pelo sigilo deste documento.

NOTA

Esta informação é de caráter estritamente Reservado, destinando-se a orientação exclusiva da Autoridade interessada.

I - INTRODUÇÃO

Na qual se explicará que o próprio fato de um conjunto de intelectuais desligados de práticas partidárias, e, mais ainda, sem ter no momento e sem pretender vir a ter no futuro militância emedebista indica que existe em amadurecimento no Brasil um problema concreto: a necessidade da oposição nascente definir seus objetivos e suas formas organizativas.

Dito em outras palavras, assim como o problema político fundamental das classes dirigentes ora no Poder é o da organização do Estado (vide discurso Geisel) em termos do que fazer com o desenvolvimento e a segurança, partindo de que os líderes do futuro governo "herdaram" o AI V, a preocupação dominante das oposições é "a questão da democracia".

Ainda na Introdução alguns parágrafos sobre os dilemas do Gal. Geisel:

- a) as multinacionais ou Estado
- b) indiferenciado do Terceiro Mundo ou Potência
- c) democracia ou repressão

Para concluir que o "diálogo" só pode dar-se num terreno (como fez J.G. em seu discurso): o de que a democracia, embora não sendo formalismo, implica em garantias formais quanto a conteúdos reais de representação autêntica (portanto, participação popular e multi-partidarismo); liberdades civis e políticas e igualdade social.

II - A QUESTÃO DA DEMOCRACIA (ou a questão da passagem do liberalismo abstrato à criação de um estado de direito que expresse as condições de uma situação de igualdade social).

Nesta parte se discutirá, sem pormenores mas com suficiente força explicativa, o que significa, nos dias de hoje, uma posição democrática.

No centro do tópico estará a questão da intersecção do problema das liberdades com a questão básica da igualdade social.

É preciso evitar as trampas: não pode haver igualdade social real numa sociedade em que exista monopolização econômica. Por consequência, mesmo que não se discuta o tema das formas sociais de propriedade, ou seja, a questão do socialismo, é preciso reconhecer que para manter o epíteto "democracia", ainda que sem o rebarbativo "popular", é preciso colocar a questão das liberdades que permitem a organização das forças sociais que não barganhão, na área política, as condições de uma espécie de igualdade ex-post. Ou seja, parte-se de que os homens são socialmente desiguais e que esta desigualdade se reproduz através das relações de propriedade e das relações de classe. Mas, e o mais é a medição possível, em condições dadas (políticas), os partidos, os sindicatos, a imprensa, as organizações da sociedade civil numa palavra, podem diminuir os efeitos cumulativos de desigualdade econômica e social, que o "livre jogo" dos interesses dominantes organizados impõe, através

da Empresa e do Estado, ao conjunto da Nação.

Essa é a característica fundamental das "democracias modernas" (Suécia, Inglaterra e mesmo EEUU). É falsa a discussão e oposição entre liberalismo, como puro reino das formas e protótipo das sociedades de "mercado político", que partem da racionalidade individual e abstrata (ex: Buchanan, Tullock, Scanov etc.), e por outro lado uma política de "conteúdo social" - no fundo, corporatista ou fascista. Para retomar o problema com sentido, é preciso discutir a relação entre organizações (como a empresa e o sindicato, o estado e os partidos) que são desiguais quanto a seus fundamentos econômicos e que no processo político, pela força e não pelo cálculo da razão, pactam normas (Estado de Direito) que permitem a correção parcial da tendência à desigualdade crescente (portanto, Estado social de direito).

Nas condições gerais do mundo contemporâneo, a discussão básica em cada nível (Estado, Partidos, Sindicatos, Empresas) é a da definição das formas de controle. Entre estas existem as diretas - a ordem institucional e a ordem privada - e as indiretas. Estas últimas implicam tanto os problemas da "cultura política" (a questão dos valores), como, especialmente, o problema da legitimidade do conflito e a necessidade de considerar como recurso político fundamental para a construção de uma ordem democrática e socialmente favorável à igualdade cívica, o problema do fluxo de informações.

III.1 - no caso brasileiro, a pré-condição geral da reorganização da ordem política é a da ativação do fluxo de informações e a da criação e resguardo dos canais de formação da opinião pública. É essa a luta imediata contra o fascismo possível.

Assim, os partidos de oposição antes de se definirem sobre a organização do estado e mesmo antes de colocar o problema da representação e da representatividade, têm de colocar a questão da formação da opinião pública.

(sentido) Aqui não pode haver embuste: ou bem se impõe ao Príncipe (mesmo que eventualmente ele deseje ser um despota esclarecido) contratos sociais que assegurem o direito da sociedade civil à informação e o dever do Estado de assegurar os canais de transmissão (liberdade de imprensa, acesso obrigatório à TV por parte das oposições etc.), ou, no mundo contemporâneo torna-se obsoleta a discussão, afi sim "formal", sobre direitos políticos ou civis.

Nesse sentido, e reconhecendo o ponto de partida paupérrimo de uma democratização no Brasil, política torna-se naquilo que é quase seu oposto: pedagogia.

Ressaltar, além disso, que a passagem da política oligárquica à política "para a massa", mas não "de massas", faz-se no Brasil num contexto em que, no passado, o liberalismo formal-oligárquico prescindia da opinião dos cidadãos e que hoje tão pouco se forma um público, mas, ao contrário, se homogeneiza uma reação adaptativa de massas.

A questão, entretanto, não se resolve, como já claramente queria d. Pedro II na discussão da Lei do Tergo, pela educação formal (vide crítica posterior), mas pela educação política, que é outra coisa.

Exemplo da "postura pedagógica" e da sensibilidade para o problema fundamental do fluxo de informações e formação de uma opinião está no atual encaminhamento do IDB à questão sucessória.

III.

III.2 - Junto com o enfoque proposto de considerar as condições necessárias que devem estar subjacentes à formalização democrática, está a outra questão, a da igualdade cívica e do controle social necessário do Estado e da ordem política.

Aqui o problema de base (que alcança também o tópico anterior) é a questão de saber quais são as forças sociais da oposição.

Em resumo, há duas ou três opções extremas:

- a oposição será constituída pelo "setor da élite" (definida por qualquer critério) que discorda, em nome próprio ou por delegação não expressa "do povo", do rumo que a atual élite governante está dando ao país por n + 1 razões. Neste caso as políticas propostas devem ser basicamente da cúpula. No limite, a oposição procurará infiltrar o estabelecimento dominante e soprar no ouvido do Príncipe as lures que supostamente lhe faltam;

b) a oposição será o resultado da ação dos que "nunca tiveram vez" na história política do Brasil, como os chamados setores marginais urbanos, os camponeses, os analfabetos etc.

Neste caso, a questão da democracia e da formação da opinião pública é utópica. Os caminhos do fortalecimento político devem passar pela mobilização populista ou contestatória;

c) a oposição terá sua espinha dorsal encravada nos setores assalariados (de trabalhadores e de classe média), chamados "modernos" ou "integrados", englobando, inclusive, as camadas sociais que respondem politicamente mais aos aspectos ideológicos do que a interesses strictu sensu, como os estudantes, a intelectualidade e os técnicos.

Minha opção seria a de que se exclua a hipótese (a) como inviável nas ~~presentes~~ ^{para a efetivação} condições e indesejável, se desloque a hipótese (b) para um segundo plano e se construa a estratégia da oposição pensando em transformar em força ativa o potencial político de (c).

É para esta terceira hipótese que a idéia de uma democratização efetiva e de um Estado Social de Direito podem ser viáveis.

IV

III.2 - Sendo assim, e descontando que o centro-tático da oposição será contra o M.V., e por consequência a favor do Indep-
corpus e das liberdades civis e políticas, cabe sentido salvo

em política como pedagogia (as "campanhas" do civilismo, porém num contexto não formal e, portanto, eventualmente até com militares) e insistir na formação de uma opinião pública ativa.

Mas o decisivo é dar a essas campanhas um conteúdo social igualitário. Neste sentido, recalcar a necessidade de ativar os sindicatos, as associações de bairros, os grêmios estudantis para, em bases não demagógicas, levantar as questões concretas que lhes interessem.

*Another time, we'll transform M.W.B. in
"Salvo dos Acadêmicos".
...
mentre que... Todo o programa econômico, educativo, cultural
e político que se propõe em seguida se orienta nesta direção.*

III.4 - Antes de passar aos itens econômicos, far-se-á uma análise sucinta da correlação de forças no presente e, partindo do discurso Geisel, mostrar que a ~~clique~~ leitura que ele permite é, ao mesmo tempo, um indicador da fluidez atual da ordem política: ela anima, contraditoriamente, tanto um corporativismo nacionalista - baseado numa espécie de "burguesia estatal" - como setores que ainda são ideologicamente "democratizantes", embora não realmente democráticos, populares e igualitários.

No equilíbrio instável entre estas tendências, que se cruzam com os interesses da burguesia internacionalizada, com a burguesia monopólica "multinacional" e com a "burguesia estatal", parece que a linha de força está por ocupar-se a favor desta última. Sabemos que ela postula, no plano de

conômico, com os setores monopólicos externos, criando as bases para consolidar um novo "patamar desenvolvimentista", baseado no modelo "industrial-primário e exportador". Mas, no plano político ela pode servir de base a um "fascismo atualizado". O ângulo "social" (a mobilização e a integração econômica, sem participação política) pode ser uma cunha devastadora nas bases potenciais da oposição. Se a isso a oposição responder apenas com a mística dos direitos, será tragada facilmente.

O M.S.B. responderá a estes pormenores do crescimento industrial que não de modo ni insignificante que os trabalhadores participem com este estímulo de desenvolvimento e mostram directamente, comparativamente, os salários com os operários. Sendo assim, há que responder não às multinacionais (e não talvez), sim à Empresa Pública (que também é monopólica) mas dependendo do controle democrático dela. Como? Peia Congresso mas também diretamente a nível da Empresa. E é preciso ativar a crítica ao novo modelo de dependência externa, pelos efeitos distorcionadores que ele produz na ordem interna: na distribuição e no controle dos frutos do desenvolvimento. Ou seja, não aceitará a oposição entre Fascismo ou Democracia Burguesa, mas propor Democracia Social.

na liberdade de todos os caminhos de crescimento, no controle dos lucros pelas bases, no organização sindical e profissional competente e eficiente, na criação de um novo e equilíbrio de poderes de desenvolvimento econômico. Em lugar de dominar instituições como Segurança (que adora), Vassouras (as bases de massa), o M.S.B., quererá Democracia, Participação, Controle Democrático, Vassouras

Por 7% da população do Brasil é jovem (15-24 anos), há uma grande desigualdade entre os resultados da última contagem do IBGE certifica que 67% da população brasileira está na faixa de até 25 anos de idade. Isso totaliza, hoje, pouco mais de 70 milhões de brasileiros. Como fazer para que a sociedade reconheça a importância social e política que tem esses jovens para o desenvolvimento do País?

Na política Jovem, é preciso reconhecer que o descontentamento das juventudes jovens do país é profundamente anti-democrática, pois implica em repudiá-la na maioria dos seus habitantes. Em segundo lugar, é necessário ter uma atitude ~~tolerante~~ ^{tolerante} nessa direção da chamada "questão jovem", pois nem se trata de superar-lhes o priviléio dos jovens, como se fosse a única combinação ~~possível~~ ^{possível} entre social e política da reconstituição da democracia, mas muito menos é o de tentar impedi-los de desempenhar a sua função, mesmo usando o pretexto de que ~~nessa~~ ^{quer} "o futuro a eles pertence". A Juventude ~~possível~~ ^{possível} não compreendida e aceita é um perigo. Ela é pela ameaça que pelo terror que sórta solucionais os seus problemas, como o da integração na vida da sociedade e da sua participação política.

(a) Cabe a Juventude,

A participação do MDS é de que cabe convocar os jovens para se juntarem aos demais brasileiros para participarem do processo político. Se entendemos a política como processo, isto é, como um exercício de direitos e deveres, que se configura a se realiza pela prática, então cabe esperar que a participação dos jovens seja de maior nível para a formação de jovens quadros políticos e administrativos. Quais são as expectativas da juventude? De uma nova perspectiva de participação coletivizada. Já se tornou comum dizer que os jovens de hoje serão os dirigentes do amanhã, isto é, os futuros vereadores, prefeitos, deputados, governadores, ministros de Estado e, mesmo, Presidente da República. Sendo assim, esperava que eles se preparam para essas funções em suas famílias, desde logo, dentro de exercerem o papel que lhes cabe?

Em 1964, o Conselho de Administração da Cidade de São Paulo, no seu decreto nº 1264, aprovou a arbitragem da competência do Todor Legislativo e da justiça estadual, e no finalmente da justiça federal, para julgar os litígios entre a União, o Estado de São Paulo, a Prefeitura, a administração da

mídia, de cidadão quanto ao direito de voto, através da restringir seu analfabeto; tudo isso dentro e entre os numerosos maiores de população um respeito à liberdade é um desencanto pela atitude de político e pela validade da manifestação sua superior para impôr ao Estado a vontade do Povo. Eleitoralmente, no passado o Ynter, havia ainda hoje, a ideia do chamado "voto nulo", consideração daquelas classes jovens que passaram a ~~desenvolver~~ autenticamente das processos políticos eleitorais. O perigo, nesse caso, é que apesar das mudanças, com o tempo e diante da imponibilidade do poder às suas reivindicações, acabam desaprendendo da própria liberdade e da possibilidade da população brasileira configurar-se organizadamente e expressar as suas reais aspirações, sociais e políticas. Nesse é a razão por que o MBR reivindica para o Brasil o retorno ao Estado de Direito, com o consequente reconhecimento da importância da política, para o que é fundamental a participação criadora dos jovens. O VDP já tem realizadas, tanto iniciativas para corrigir essas distorções criando, em inúmeros Estados e cidades, o seu Setor Jovem, para o qual são convidados os estudantes, os operários, os jovens do campo e de todos os estirpes. É preciso, agora, ampliar essa experiência.

Z solicita que seja instituída, o Decreto-Lei 477, Universidade
jovem universitária de política e da própria vida brasileira, encarregado com vio-
res a impôr e participar, juntamente com outras entidades, a política
política, literária, filosófica, sob a égide das Juntas multidisciplinares,
correspondentes ao conteúdo programático da Universidade da Brasília, a organi-
zação de enquadramento, suspensão ou prorrogação das aulas. Esta disciplinação
contará o júri da esfera. O MEC lembra que ela seja completamente violada
da vida nacional, e acha que para isso é necessário considerar uma ampla progra-
ma de orientação política autoritária contra o povo do Brasil.

Além, o IITP 36 tem intuito para elaborar de 477 a cada volta do abacaxi, 478 e 479, e 480, respectivamente, que é a sua razão, expressa em milímetros, entre a altura da base da fruta e a altura da base da folha, que é sempre constante, e que é de 1,67, ou seja, 477 dividido por 288, é igual a 1,67.

(See Republic)

Finalmente, como vemos que o MEF não cumpre, integralmente, os termos legais o direito do jovem de participar da vida pública. A Constituição brasileira tem posição firme de que não se pode falar em integração do jovem estudante à vida nacional sem conceder-lhe a liberdade de associação, direito fundamental do homem, garantido pela Declaração de CDT. O MEF proíbe o direito de organização e funcionamento das entidades próprias de representação estudiantil ^(locus) em todos os níveis, desde da cada escola superior até o pleno nacional.

Ao mesmo tempo, ^e no campo oposto, a juventude trabalhadora, rural e urbana, se sente integrada no exercício da sua plena cidadania se houver o fortalecimento da vida associativa, em particular das organizações de defesa de classe, como é o caso dos sindicatos. Sem liberdade sindical, os jovens trabalhadores rurais e urbanos, não poderão participar da vida do país.

Além disso, a formação plena do jovem demanda um amplo desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e esportivas. O esporte em massa, da mesma forma, a iniciativa em atividades sociais e culturais, como teatro, cinema, artes em geral, etc, implicaria prévio planejamento do Estado, através das organizações pertinentes. Mas isso só pode ser fruto através de uma justa relação entre elas e as associações ou instituições que congregam a juventude, como as escolas, os sindicatos e outras associações. Sem a participação, no planejamento das atividades, daqueles a quem elas se dirigem, de nada adiantará organizar programas de incentivo ao trabalho cultural e esportivo. Isto é verdade para esse ^{terceiro} campo, da qual forma que a verdade para a política, em seu sentido mais amplio, ^(terceiro) é a participação popular.

O Movimento De escrítores Brasileiros defende intensamente a liberdade de imprensa, rádio, televisão, & cinema. Esta luta contra a censura é importante a todas as formas de comunicação social, que tem sido levada adiante por intelectuais e outros sociais, como os jornalistas, radiclistas e empregados das estações de televisão, obriga, a não da Oposição, a não termos desacordo, até que jornais como "O São Paulo", "Opinião", "Movimento" e tantos outros, e os autores do rádio e televisão possam veicular, livre e responsávelmente, sem ter de passarem pelo círculo de censuras, frequentemente desproporcionais para a sua função, as informações estratégicas sobre os rumos tomados pela nação. Qual é a importância dessa luta para a Oposição Brasileira?

O problema da livre informação sobre todas as questões que, pela sua natureza, afetam o interesse da coletividade - a que se subordina a questão da luta contra a censura à imprensa - está relacionado com o problema mais geral da formação da opinião pública no país. De fato, qualquer país de escrítores, segundo a tradição Ocidental, sustenta as bases de sua organização política em uma sólida opinião pública, capaz, não apenas de definir os seus próprios interesses e direções da ação do Estado, mas também capaz de suscitar a inteligência iniciativa de tal e interpretá-la corretamente quando ele não responde às expectativas do conjunto da Nação. Por isso mesmo, uma pré-condição geral da organização de uma cultura política descreítica, da qual participem a maioria dos grupos que formam a sociedade nacional, é a existência de um fluxo de informações e de ideias e a existência de um nível de formação da opinião pública. Isto que o conjunto da população que esteja informado sobre os acontecimentos, as decisões e os critérios que ditam tanto os fatos quanto as suas sociais e políticas. Mas falar diretamente a sua vida é imponível se não houver verdadeiramente liberdade. As mesmas relações pedagógicas envolvidas neste nível estão da mesma forma de liberdade. É certo que a sua regulação é muito mais difícil que a dos meios de massa (o que é natural, ^{pois} todo que o governo é o que é), mas criá-las condição para que a elas seja informada de forma mais larga, é o que se passa? O que é que o governo faz para os serviços de imprensa e de televisão, que são absolutamente os serviços de transmissão (liberdade de imprensa, que é absoluta)?

pois que todos os títulos, partidos e vícios e interesses são incluídos para serem veiculados para o conjunto da Nação, de forma que sua sólida opinião pública permaneça com o maior número de cidadãos norte, reforçando as funções impostas por este ou aquele governo em particular, segundo a aceita interpretação dos cidadãos. Ou o Estado assegura acesso à imprensa de todos à informação e ao debate do dia-a-dia, mesmo que conflitantes, ou, no mundo contemporâneo, torna-se obsoleta a dimensão que, neste caso ~~de~~ se tornaria "formal", sobre os direitos políticos e civis.

Em defesa da liberdade de imprensa há um argumento invictável: um povo bem informado dificilmente se torna pressa fácil das que pretendem enganá-lo, coagüá-lo, manipulá-lo para que fins seja ~~que~~ seu estilo para guerras ou processos ~~eleitorais~~ regolamentares. Mesmo alfabetizado, um povo pode ser condensado à ignorância quando perde o seu direito fundamental à informação e à saber a verdade. Nesse sentido, o MDR tem de desempenhar a função de um educador político: deve estar sempre pronto a fornecer as informações reais à população sobre tudo que acontece no país. O homem se alfabetiza para obtercer a verdade,

Já Voltaire, defensor intransigente da liberdade da imprensa na França, à época dos reinados de páticos, sentenciava: "Não acredito em uma só palavra do que dizes, mas defenderei até a morte vosso direito de dizerla". Outra palavra que o MDR desejaria que os governantes ousassem entregar a partir. A liberdade de imprensa permite aos próprios governantes e legisladores um volume mais substancial e preciso de informações a respeito da vontade popular; informação que necessita no seu todo destinada a satisfazer as aspirações da Nação. Quanto à própria Oposição, a pergunta que cabe é se é possível que o MDR subvercivesse politicamente os cidadãos com pronunciamentos de tribunais ~~não~~ suas Legislativas, se abafar arbitriariamente as mensagens e entrevistas que fazem o povo e o eleitorado? Seja a Oposição politicamente correta, com a divulgação de todos os rumos da situação brasileira, seja a Oposição política, com a divulgação de todos os rumos da política, seja a Oposição social, com a divulgação de todos os rumos da sociedade, o que é que deve ser feito para que o cidadão possa ter a certeza de que o que lhe é apresentado é verdadeiro e preciso?

Liberdade de Imprensa

Não é só que jornais, rádios e televisões voltem a falar de liberdade de imprensa, a Cunha volta a falar de liberdade de imprensa, os comentaristas voltam a falar de liberdade de imprensa, mas é preciso que o povo saiba que a liberdade de imprensa é um dos direitos fundamentais que o homem tem à sua volta. A liberdade de imprensa, talvez de descrença em países como a França, Itália, Inglaterra e Estados Unidos, não deve ser vista como uma garantia para que as empresas de comunicação social possam prosperar e até enriquecerem. Não é o direito à informação, é saber o que ocorre no mundo, em seu país, em seu estado e em cidades é um direito que pertence a cada cidadão e é um requisito que o cidadão pode se solidarizar com os outros na formação da vontade nacional.

Não é mera coincidência o fato de que são, efetivamente, os países mais totalitários os que mais se esforçam em proclamar que sob eles há total liberdade de imprensa enquanto, na verdade, o que se faz é só divulgar o que o governo quer e convém aos homens que o integram e não o que a verdade manda. Povo desinformado é povo que desconhece os seus direitos e, por isso mesmo, é mais facilmente manipulado pela vontade dos poderosos e dos autoritários. O Povo quer a liberdade, com responsabilidade, mais para o povo do que propriamente para a imprensa. Neste deve ser mais um instrumento para que o povo se informe e seja ~~informado~~ ^{informado} que está se passando.

Por que, quase sempre, aqueles que exercem o poder, quando vêem, em nome do povo, se opõem à liberdade de imprensa e informação? Por que quanto mais se exercita no sentido de oposição ~~a~~ ^à liberdade de imprensa? Se é um povo, mais se investe contra a liberdade de imprensa? Por que, entre nós, no Brasil, quanto mais a publicidade de fala em "Um país que vai pra frente", mais se exerciza a livre informação, mantendo jornais abertos de consumo? Por que um governo é um regime que assenta em existir apenas em função do bem-estar do povo e afirmar nada ter a ver, se obtém tanto em controlar e manipular os veículos de difusão de ideias, como jornais, revistas, rádios, cinema e outros meios de comunicação social?

O 1º presidente da república, a qual devia ser o palavrão e propriedade da República, Fernando Henrique Cardoso, que tanto reconheceu trouxe a liberdade de imprensa ao povo. O que teve de fazer é para manter essa liberdade, que é fundamental para o progresso, mudar a estrutura do governo, que é a estrutura do governo e da Cunha, ou mesmo de Marinho e profetas ou

que é o direito de informação. Direito de saber, de ouvir, de ver, que quer dizer, tem o direito à informação, saber o que se passa no seu país e no mundo, é o direito de saber e não é propriedade oficial. O direito, é a liberdade de informação, é o é impossível. Por isso, na Declaração Universal dos Direitos do Homem, a informação é protegida pela liberdade, é um direito que o homem tem a que o Estado não pode lhe subtrair. O Brasil assinou a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Dessa forma é uma assinatura, respeita tudo o principalmente os direitos, todos os quais subtraem o direito de saber a verdade.

Nas últimas eleições de 1974, que não representaram a vontade de milhares de pessoas, a grande questão que se coloca já não é mais saber se vale a pena participar das próximas eleições de 15 de novembro, mas saber de que forma o povo deve participar, isto é, com que objetivos deve intervir no processo eleitoral, de forma a garantir para as grandes maiorias hoje afastadas do processo de tomada de decisões alguns mecanismos que abrem a possibilidade de uma intervenção da vontade popular. Falar em democracia é, fundamentalmente, falar em participação da população nos processos de decisão que afetam a vida das maiorias. A democracia não é apenas um princípio teórico; ela é uma realidade do MDP, mas os ~~tradicionalistas~~ opositores sabem que ela só poderá ser atingida se a sua construção for feita com participação real e não apenas no papel.

Acabou-se o tempo que grandes contingentes da população aceitavam, passivamente, a ideia de que alguns poucos ~~havia~~ "iluminados" - as elites dirigentes - podiam decidir sobre os rumos da sua vida urbana e da sua vida como membros da sociedade nacional. Hoje, quase todos os cidadãos da cidade desejam participar da vida social e política e desejam fazê-lo de maneiraativa. Que fazer, então, para que se crie, no Brasil, um processo social que gradualmente conduza à participação da população na administração das cidades? Como fazer para que a população possa, um dia, começar a participar das decisões sobre qual deve ser a linha de ônibus a ser instalada ~~que~~ ^{ou auxiliadas,} as áreas urbanas que devem ser renovadas, quais as prioridades sociais a serem levadas em conta pelos orçamentos-programa das prefeituras e assim por diante? Em suma, qual o papel do MDP para fazer que a população ~~tenha~~ que construa a riqueza e as próprias cidades ~~com~~ ^{até} suas ~~intervindo~~ ^{intervenção} vontade própria e independentemente de injunções (governamentais ou partidárias) nas decisões sobre a utilização dos recursos públicos, formados com a contribuição direta da coletividade por todo o território?

Por outras palavras, que fazer para que a coletividade participe das decisões sobre o uso dos recursos da própria coletividade e em função de suas reais necessidades? Isto é, a grande questão que está posta a todos aqueles que desejam realmente constituir uma nova e verdadeira democracia e

o MPM, como partido da oposição, deseja responder à sua eleição municipal.

Em primeiro lugar, é nossa posição é a de que, ao oferecer uma resposta a esta pergunta, não se deve criar novas ilusões políticas. Chega de ~~ter~~^{la} ilusões que tanto enganaram o povo. A fase histórica que vai de 1945 a 1964, já hora formalmente ~~mais~~ democrática que a presente, ~~foi~~^{foi} cheia de exemplos ilusórios. A época do populismo, em que líderes carismáticos como Jânio Quadros e Jânio Quadros e Jânio Quadros se ofereciam como intermediários entre os massas populares e o Estado, demonstrou o ne^Mnegotamento e as suas ambiguidades. Se, por um lado, o povo podia reprimir a força de sua pressão para alcançar certas melhorias, por outro, era impedido, na prática, de organizar forte e independentemente dessas lideranças carismáticas para, genuinamente, expressar as suas reais aspirações. Na por melhores condições materiais de vida e por um sistema político mais aberto à participação de todos. O MDB e os seus candidatos a prefeito e vereadores não podem, nem querem repetir essa velha prática demagógica. É preciso falar a verdade ao povo. E, para isso, é preciso dizer, em primeiro lugar, que a possibilidade de intervenção da vontade popular nos destinos da cidade, como é Nação, não é algo que acontecerá de pronto, a partir de um dia. Para que isso ocorra é necessário um longo e duro processo de democratização, no qual a população da cidade, especialmente os moradores da periferia, cresça e expanda, na prática, as suas direitos de participação e sociedade civil. Experiências nacionais elencam as suas possibilidades e as suas limitações.

Isto só poderá ocorrer se os democratas e todos aqueles que desejam lutar pela instauração da democracia com participação popular, no Brasil, apoiam e dão força aos organismos de base da comunidade, tais como Diretórios Distritais, Sociedades e Associações de Amigos de Bairro, Clubes de Mães, Clubes de Futebol, Bandas de Samba, Associações religiosas, Sindicatos autônomos e etc, lutando para que elas representem, ~~que representem~~, cada vez mais, a vontade da maioria dos moradores dos bairros das favelas, das participações públicas e familiares, locais de convivência e trabalho.

Nosso projeto, ~~que~~^{refletiu} um pouco mais, sobre um dos aspectos mencionados acima: é extremamente importante também se democratizar mais a

estrutura interna do próprio MDB, criando ou estabelecendo os instrumentos da base partidária, como é o caso dos Diretórios Distritais e dos Diretórios Municipais Metropolitanos, os quais permitem à população que dá o seu apoio no partidarismo do voto, ~~participar~~ participar das próprias decisões partidárias. Por exemplo: programas, como este, devem ser amplamente divulgados e discutidos para serem aperfeiçoados e terem o consenso de uma grande maioria de eleitores.

No caso dos Diretórios Distritais, eles não devem ser meros escritórios eleitorais, mas sim instrumentos partidários nos diversos bairros e distritos das cidades, que teriam a finalidade de aglutinar e unir a população em torno do programa do MDB e, também, sejá um orgão ~~de~~ para canalizar as reivindicações populares junto às prefeituras controladas pelo MDB e às Casas Municipais.

A falta de prática política democrática por parte da população, isto é, a política de sua organização e reivindicação de direitos como cidadãos, tais como serviços de água, esgotos, luz, abrigamento, escolas, postos médicos, transportes coletivos, telefone público, serviço de correios, etc., advém da excessiva centralização porque passou o poder público nos últimos 12 anos. Além disso, frequentemente os políticos profissionais e os candidatos a cargos eletivos também agem de forma a desacreditar a prática democrática junto ao povo. O MDB não deixa de levar em consideração uma certa desconfiança, por parte da população, diante da ação dos partidos, pois este sente que elas não têm o poder político suficiente para lutar pela solução de seus problemas. Neste sentido, a Sociedade acredita que a ~~população~~ ^(Acredita de) em si mesma e é por isso que reconhece um programa que nem iluda o povo nem deixa de demonstrar, claramente, o alcance e os limites da participação popular que deseja. Nesse sentido o MDB acredita que é só com essa participação que as limitações diminuam e o espaço para a intervenção popular se ampliará.

Naturalmente, a população de novas cidades conhece quais são suas reais cidades, porque se sente todos os dias na aí. Além disso, como se sabe bem, em muitos bairros já existem associações de moradores e os Conselhos de Bairro ou os Clubes de Massas. O MDB não se desculpa nem irá con-

atolar ou manipular essas entidades. Mas deve-se reconhecer a importância da existência para a construção da democracia. É preciso que a população saiba se utilizar, de forma independente, desses organismos ou de outros que a sabedoria popular venha a criar para exigir, logo quando for o caso, o atendimento de suas necessidades de serviços básicos e centros sociais e culturais.

O MDB deseja realizar as suas propostas democráticas feitas em 1974, quando ~~de~~ recebeu o referendo ~~para~~^{do} grande número de votos dados nas urnas. Todos sabemos que as Câmaras Municipais, compostas nas capitais por pouco mais de 20 vereadores, 15 a 20 nas cidades médias, e pouco mais de 40 nas cidades pequenas, não têm condições de representar eficientemente os interesses da população que, por exemplo, no caso de São Paulo, é de mais de 9 milhões, e no caso de cidades como São José dos Campos e Campinas, supera as 200 mil ou 500 mil habitantes. Além da questão numérica, há um aspecto qualitativo: apenas alguns setores sociais conseguem representar nas Câmaras de Vereadores. Assim, a proposta de participação popular do MDB nas decisões que afetam o destino da cidade e, portanto, de toda a coletividade, não se restringe ao controle e fiscalização do vereador eleito por este ou aquela bairro ~~para~~^{da} cidade, embora isso já seja bastante importante. O partido da Oposição pensa que a população, que ~~que~~ vive os problemas diretamente, deve saber se utilizar das associações de bairros, clubes e outras entidades para pressionar as Administrações locais e mesmo as secretarias da prefeitura para a realização de obras que atendam as suas necessidades. Deve ser uma das principais funções dos Diretórios Distritais do MDB estimular e promover essa participação. Será esse fluxo de informações vindo de baixo para cima que permitirá às administrações oposicionistas distinguirem-se das situaçãoistas.

Quando a população verificar que o prefeito e os técnicos que o cercam, da mesma forma que o vereador e, muitas vezes contrárias aos seus interesses, ou então, inadequadas para satisfazer as necessidades mais básicas que permitem as condições mínimas para uma vida decente nos bairros, ela deverá tomar a iniciativa de formar comissões para formalizar pedidos concretos de projeto de lei ou de autorizações de parte da prefeitura para a realização de certas obras. Esta iniciativa poderá ser levada através de associa-

Pestos contendo o valor e os de quinzenas dos moradores da localidade, com os planos reivindicados e tudo o mais que a divulgação das reuniões de imprensa, rádio, televisão e outras mídias políticas. Os moradores devem sempre apoiar tanto as suas Associações quanto os partidos e as iniciativas. Quando os membros do MDR, eles deverão mobilizar as Direções Distritais do partido para ajudarem a organizar a população nesse bairro, fornecendo informações, sugerindo técnicas que possam auxiliar na elaboração dos planos, etc. É importante ressaltar que, nos bairros onde houver a criação de Bairros, os membros do MDR devem participar deles, mas não devem fazê-lo procurando estabelecer um vínculo deles com o partido, mas sim participar ~~deveriam~~ na sua condição de ~~deveriam~~ moradores e cidadãos.

É preciso admitir, claramente, que, no momento, a população de nossas cidades, que tem sido negligenciada em seus direitos mínimos de muitas maneiras, dentre as quais uma ~~desigual~~ das principais é a prioridade dos serviços que servem a poucos sobre os serviços que servem muitos, está inibida para fazer valer a sua vontade e os seus direitos diante do Poder Público. O Poder Público está, paradoxalmente, desacreditado. Por isso, é preciso criar um processo que deverá se desenvolver ~~gentil~~, mas seguramente. Como as favelas que dão frutos, é preciso cuidar com atenção desse processo de participação do povo em suas comunidades. Por outro lado, não se pode esquecer também que muitas conquistas têm sido alcançadas sempre que as populações das grandes cidades resolvessem agir pelas próprias mãos. Aliás, sempre foi assim na história. Quando os povos decidem tomar o seu destino em suas próprias mãos, a história muda seus rumos.

Def a importância de que todos os democratas e todos que desejam lutar pela instauração de uma ~~democracia~~ com participação popular, no Brasil, incentivem a participação das Associações de Fazendeiros, Clubes de Mães, de Jovens e etc para que elas representem, cada vez mais, a ~~luta~~ vontade da maioria dos moradores de cada bairro. Só com a participação de todos, com o livre debate de ideias e alternativas, será possível começar a construção de uma democracia real.

Não sou engenheiro, mas a consciência que vier, dentro ver, não fa-

va ser uma democracia formal e restrita, apenas inscrita na lei e limitada ao direito de voto - o que já é uma grande conquista. Ela deve ser uma forma concreta e palpável de que a população decida sobre os seus destinos, intervindo nas decisões que afetam à coletividade.

2) Quais os resultados da sua análise? De que forma o controle político de um grande número de Municípios de grande e média dimensão brasileiros, em aliança com o Ceará e Municipais de muitas cidades da África, sugerem algumas questões de fundamental importância para a oposição brasileira. Mas algumas delas /delas!/ o exercício da função executiva, no pleno municipal, pelo MTE, pode ou não contribuir para o avanço luta pela democratização da sociedade brasileira? Como deve a oposição condicionar, do ponto de vista político e administrativo, as Prefeituras que vier conquistar? Em outras palavras, de que forma será possível, ou mesmo viável, dirigir-se uma Prefeitura controlada pelo MTE de uma prefeitura controlada pela Acena; dentro do atual quadro institucional do país?

As respostas não são simples. Nada é o estudo de único setor da vida dos municípios. É preciso examinar a questão da autoridade política e administrativa das unidades básicas do edifício político-institucional brasileiro, bem como a sua situação financeira. O MTE passou a disciplinar porque entende que é importante para a democratização da sociedade um processo de crescente participação dos cidadãos. Será talvez o maior desafio que esse processo deve se engadir na base da edificação econômica, social e política da Ribeira.

Para haver um projeto é indispensável ter em conta a autonomia política fundada em princípios democráticos, ou seja, eleição plena, plena e universal das prefeituras, e também que essas autoridades elijam os seus próprios governadores de forma direta e livre, preferindo, evidentemente, a suas candidaturas a outras dimensiones de poder. Autonomia financeira para que se realize a democratização e descentralização dos institutos de sua competência e aplicação à sua administração. Autonomia administrativa representada, pela lei 12014/06/06, que deve reacessariamente dar a cada um dos estados da federação, seu próprio projeto local.

O conceito de extensão política, que é o que deve ser levado em conta, é que é a sua dimensão que deve ser considerada, e não a sua extensão geográfica.

que o MPRJ aponta para a independência política dos municípios, é que a Constituição de 1946 só não considerava os municípios como entidades autônomas, e que a intervenção federal no governo municipal é do tipo institucional ou fiscal, permanentemente limitada, e que só é feita por lei, sempre com direito de recurso ao Poder Judiciário. De fato, o presidente, ou todos os Estados e no caso de 22 municípios, incluídos no que se convencionou chamar de "município engajado", ou preferidos pelo Governador ou pelo Presidente da República, é o MPRJ que aponta essa situação que afasta certos os princípios democráticos da soberania popular que se tenta que sejam estabelecidos através de governos. A posição do MPRJ é / da que cabe aos cidadãos elegir livre e democraticamente seus prefeitos e vereadores, bem como é de que a autonomia política seja complementada por independência administrativa e financeira.

Por outro lado, alterações no sistema tributário contribuiram significativamente para tornar o município financeiramente subordinado. Nascido de 1962, 62% das receitas dos orçamentos municipais decorrem de transferências da União. Apesar disso não faltaram de recursos caixa, quando 34,6% a participação na receita tributária própria. Enquanto essas foram estabelecidas condições que limitaram o uso desses recursos transferidos, não acontece com o Fundo de Participação dos Municípios, cuja aplicação é regulada por lei federal. Finalmente, os conselhos foram feitos a prestar contas ao Tribunal de Contas da União, que encabeçam funções exigentes.

Entretanto, a falta de pessoal especializado e de assistência técnica, por insuficiência de recursos para contratar-las, faz impedir muitos municípios de ~~formar~~ cumprir suas exigências e elas acabam tendo que ser suspensas. O MPRJ acredita que os municípios devem ter independência econômica, com receita própria e a continuidade e continuidade dos recursos de forma de contas da municipalidade, pois são os cidadãos da própria localidade os que melhor estão qualificados para julgar da aplicação dos recursos ~~de~~ municipais.

Os dados disponíveis mais recentes sobre a distribuição de receitas entre a União e os Estados, em 1963, é de que 52% das receitas vêm da União, que é 20% da renda líquida de 207 municípios. Isso significa que os recursos que chegam ao Brasil, na forma de dívidas administrativas, provêm daquela classe, que é a organização federal.

a estrutura, que não consegue ser estruturada. Afinal, é o que o Dr. [illegível] fala: Por talvez falta de consciência ou ignorância, e por vezes que o Dr. [illegível] fala, particularmente em 1970, não percebeu ou não percebeu que os municípios eram insuficientes para gerar soluções comissionadas ao seu critério. O MUNI deve participar da sua gestão dos municípios na medida que ele é necessário, em seu território e para sua instituição não excedendo suas funções de governo, de modo a beneficiar os cidadãos mais pobres. O iniciado é o desenvolvimento, a medida de medida de medida, podendo os Estados estabelecerem em sua área geográfica a fiscal, não decorrente do trabalho de seus habitantes, mas não para isto. A parte do MUNI é desculpa para se adiar a solução, mas não é desculpa para o Governo Central. Os municípios ressentem muito, o que os impõem de ter um unificado governo local realmente ativo. Muitas pressões que surgem, que vereadores e prefeitos têm, porque estão com pressões de população, não podem ser resolvidas por causa da excessiva centralização governamental.

A corolário geral é que se chega, a que é a triste realidade, é só que a partir da Reforma Tributária Federal de 1969, os municípios ficaram na dependência, quer dizer que de exclusividade dos participarem os tributos arrecadados por outras esferas administrativas, ou detinham o direito de recorrer ao próprio. O governo federal, no mesmo tempo em que queriam a proposta de dar transparência, restringiu a autonomia dos municípios. Ao mesmo tempo, os governos estaduais e o governo federal tomaram sobre os municípios decisões de clara competência de outras esferas administrativas. Isto é, a Reforma do Preço, por exemplo, os Estados vou ficar dependendo, paulatinamente, para os municípios encarregar o Regime de Içá Gau, seu controle, fiscalizar os recursos pagos correspondentes. Como educar as crianças da nossa vizinhança se não possuirmos tanto dinheiro para isso?

As metas do FOM (Programa Operativo do Município) para pagamento das professoras do Içá Gau, além de insuficientes, são, via de regra, insuficientes. Além de insuficientes, é que a meta é que seja paga a menor remuneração, muitas vezes em situações que não correspondem a esse critério. E a reforma, que não pode ser a de 1969, é que é a reforma que é necessária para os municípios. A partir da Reforma do Preço, obviamente que, o hor-

attingiu o nível social e cultural, as famílias em outras etapas já se sentem com o apreço vanguardista e nível cultural.

Outros exemplos práticos de transferências de encargos de competência legal exclusiva de outras esferas administrativas podem ser citados. Há anos em Andrade, nos entendimentos da Companhia de Minas Gerais, autorizou o prefeito da Delegacia de Justiça do Serviço Militar, exercido com as alçadas das agências da PGR, quando funcionárias das PGR, à de Administração e Orientação Fiscal (DAOF) (USP), sobrinhos alçados de prefeitos para exercerem funções de delegados judiciais do Estado, cedendo funcionários para o Fórum e a Escolinha Pessoal, deslocando terrados e participando na constituição da querência, auxiliando reformas de presídios e usciú por dícta. Todas essas transferências de encargos podiam ser classificadas como ilegais ou incorretas.
O município, a bem dizer, é hoje explorado pelas demandas administrativas.

No mesmo tempo, é o governo local, municipal, que tem de enfrentar
toda a parte da problemática da população, particularmente gravada pelo atual
modesto econômico desestruturador das rendas. Um depoimento prestado por prefeitos
oposicionistas de prefeituras do Estado do Rio Grande do Sul é muito signifi-
cativo, queria a ideia: «A verdade é que as pessoas comuns, do povo, não vêem,
por exemplo, o gabinete do governador do Estado (ou do Presidente da Repu-
blica) para reclamar alguma coisa, sabendo que **WAN** lhe serão recebidas.
As administraturas estadual e federal estão mais longe, mais distantes do po-
vo, do que o povo é municipal não; o prefeito está em contacto direto com a
comunidade, com o povo que reclama e vota, elegerá por lá os seus problemas
mais graves e cruciantes. O prefeito recebe **WAN** diretamente no reclame, en-
contrando-o pronto a juntar o prefeito **WAN** ao seu gabinete, e é isto que é mui-
to sério e importante».

2. The last sentence of the first page of the "Report of the
U.S. Commission to Enquiry into the Condition of the Negro in the South,"
which was written by Dr. W. E. B. DuBois, is as follows: "The
Negro and the white man are not yet fully reconciled."

sova? A seguir elas evitam que digam que é só o que tem a ver com os interesses e convicções brasileiros. Nesta ocasião, que não enginha tudo que o povo querer, é preciso ser mais cauteloso, **mas** é preciso que o povo esteja ciente e criador de um grande processo de participação da população nas decisões que afetam o seu destino.

COMMERCIAL
100% COTTON 175 GMS 50 X 50 CM 100% COTTON

A mais direta preocupação de um político municipal do governo do MDT nos municípios é a questão conquistada em 15 de novembro há proximo devoção, voltar para o Brasil formulação de uma política fiscal, uma vez que é dela que resultam os recursos econômico-financeiros com que contam as prefeituras. Essa política fiscal é, lamentavelmente, injusta tanto no relações de cidadãos há de altas rendas, que pouco contribuem para os cofres públicos municipais em proporção com as suas rendas, como no relações de cidadão de baixa renda, que contribuem, muitas vezes, com importâncias acima da sua capacidade econômica (não contar que, em inúmeras situações, além de pagarem impostos, estes cidadãos de baixa renda temem, além próprios, de contribuir com suas causas, limpessas as suas mãos ou acharem isso feio a magistratura que servem ~~de~~ rede de cogotos). Observando-se e analisando-se a política fiscal adotada pode constata-se que ela é injusta principalmente com as cidades de baixa renda, uma vez que os impostos indiretos representam as maiores fontes de recursos e esses incidem agravantemente sobre todos. Isto é, muitas vezes, ao se pedir, da parte baixa renda, que pague o consumo há superfícies e cidades de mais alta renda.

“No, a certeza que cabe Major quando ele é eleito é de que fundo
político ele é fundamental para que um programa alternativo do governo do
MPP seja bem sucedido, mas ver que é a política fiscal que define o resultado
operativo da administração pública municipal. Até aqui, a política fiscal é des-
astrosa nos municípios brasileiros e apenas serve para agravar os problemas das
camadas de baixa renda, porque não é instrumento de política de desenvol-
vimento. Ainda mais se considerarmos que as negociações
entre os poderes só são realizadas entre os partidos, e não entre os
partidos e os movimentos sociais, que é o que é preciso para que haja
uma alternativa verdadeira. Ele é o que é, mas é preciso que haja uma alternativa.”

三

(2) **Investigação**, no sentido estrito de P.D., do Testemunha Detento sobre o que ocorreu na prisão quando da desovação da espécie em questão.

(e) Integrarão ao seu lar Histórico, de vez de só no Museu - a arte
música, pintura, desenho, escultura e arquitetura - que, integradas a uma
seu interior e não a um local apartado, terão em vista a propagação da beleza
das manifestações de sensibilidade, contribuindo a esse do solo museu, que vissem a
ser normas a serem dirigidas ao apreço da concretização, qualitativa e esteticamente, de
seus valores, e também a integração das artes de utilidade prática a coletivas, a pesar
de suas relações plásticas e estéticas com as artes de utilidade prática.

que o presidente da República não pode recusar a aprovação de projeto de lei que tenha sido aprovado por duas casas do Congresso e assinado pelo presidente.

c) A estorak dinamika diu secretais ynditores għiekk id-dokument oos viu kien
tibqa rex-xebha u b'kun qed jidher minn il-kompetiċċi u l-imbrogli.

1) O poder centralizado é estabelecido nos Estados Unidos comunitário, ao longo de
deverá estabelecer estruturas federais que os moldarão para o desenvolvimento
político-administrativo, não se restringindo ao que os moldarão para o desenvolvimento

a) Ocupações rústicas e artesanais que permanecem da mesma forma

1. *Armenian* *Geography* *and* *Natural History* *in* *Latin* *and* *Armenian* *ed.* *by* *Anton* *Leontiev* *and* *others*.

Answers and keys

nos bens e deles, por outro lado, caso fosse detido, a definição

2. Conteúdo constitutivo da municipalização urbana

- a) Os prefeitos elicitam descritivamente deverão procurar contatar, a partir das Secretarias municipais e dentro das possibilidades de cada município, uma equipe técnica multi-disciplinar de planejamento, vinculada com uma permanente discussão com os mais diversos setores da comunidade local;
- b) Esse planejamento procurará integrar as diversas atividades municipais, em seus diferentes níveis - horizontal e vertical - possibilitando uma melhor produtividade dos investimentos e gastos públicos, numa vez deviamente entrosados com os diferentes órgãos da administração estadual e federal;
- c) Será feito os princípios das normas gerais sobre finanças e contabilidade pública, buscar uma simplificação no atual sistema de orçamento-programa municipal, de forma a viabilizar seus objetivos e metas em acordo com os interesses da maioria da população, em termos de prestação de serviços e realização de obras;
- d) A própria equipe técnica de planejamento deve manter um sistema funcional de acompanhamento, controle e a validação da execução física e financeira de todas as obras e serviços municipais, de modo a evitar a repetição, tão comum em nosso país, dos famosos "planos de gaveta", que raramente passam de meras cartas de intenção;
- e) Realização de reformas tributárias na alçada municipal. Quanto ao Imposto Predial e Territorial Urbano, poderá ser constituído, revisado ou ampliado o Cadastro Técnico de Imóveis. As alíquotas alíquotas devem ser adequadas a uma tabela progressiva e socialmente justa, incidindo de forma diferencial sobre as propriedades rurais, prédios para uso residencial próprio, para uso de aluguel, viles operários e populares e etc., penalizando terras urbanas mantidas ociosas para fins especulativos. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza poderá incidir de forma progressiva sobre o faturamento das empresas, abandonando-se as alíquotas fixas. Para todos os tributos e taxas municipais, deve ser previsto um sistema de reajuste periódico adequado. Além disso, devem ser previstas taxas para aqueles setores da população que, de forma privilegiada, não se utilizam dos equipamentos urbanos, como é o caso dos proprietários de automóveis. A introdução de parquímetros, destinados a penalizar o uso frequente das áreas centrais das cidades.

pelo automóvel particular, pode ser um exemplo de como introduzir critérios de justiça fiscal no uso da cidade. Os recursos provindos dessa taxação deverão se destinar a prioridades sociais do conjunto da população;

f) Os gastos públicos municipais serão voltados, fundamentalmente, ao atendimento das necessidades da população dos bairros e vilas populares, principalmente da periferia e distritos rurais, carentes em infra-estrutura urbana e serviços sociais e culturais. Esses gastos deverão ser programados, claramente, em detrimento às obras curiosas e de fachada, às construções viárias urbanas de uso restrito (vias de acesso, tunel, viadutos para os veículos individuais). O MDB insiste em que a prioridade das administrações sob seu controle deve ser o homem - e, principalmente, das áreas onde residem as camadas de mais baixa renda - e não da minoria de proprietários de automóveis particulares;

g) Mesmo enfrentando reais limitações financeiras, o município controlado pela Oposição deve procurar entender a população periférica e interiorana naqueles serviços que seriam de obrigação estadual ou federal, mas se encontram em situação precária, como assistência médica-odontológica, ensino profissionalizante, etc;

h) Embora carecendo de instrumentos de política econômica mais ampla, os municípios sob controle do MDB deverão ~~praticamente~~ estudar a adoção de medidas que permitem a algumação da não-de-obra desempregada ou sub-empregada, como indústrias, serviços, comércio, turismo e novas culturas e práticas agrícolas;

i) No que diz respeito aos municípios mais pobres e carentes de recursos, as administrações oposicionistas deverão procurar constituir algo como uma "Associação de Municípios Oposicionistas", através da qual se poderia instituir certos serviços de apoio comum, como por exemplo, uma equipe técnica unificada para a elaboração dos Planos Urbanísticos, Orçamentos-Programas, Cadastro Técnico Municipal, reformulação tributária e etc. Além disso, tal forma de associação permitirá ao MDB manter um processo permanente de troca de experiências e avaliação do sentido da administração oposicionista.

3. Partidos e suas lutas na arena eleitoral

Como já foi dito, são duas questões centrais que se colorem hoje para

o partido da Oposição é, na dúvida, a criação e fortalecimento de mecanismos de efetiva participação popular nas administrações locais que forem controladas por ele, já que o município é, na atual situação política nacional, a única instância de poder executivo ao qual o MDB pode ter acesso. Nesse sentido, a responsabilidade que pesará sobre os membros do MDB que serão os futuros prefeitos e vereadores é a de saber gerar, nesse que de forma incipiente, padrões de organização e atuação política que contenham os germens do modelo econômico, social e político alternativo que se pretende conquistar para o país com a democratização da sociedade.

Sabemos que a prefeitura do interior é, atualmente, a instância de poder executivo mais próxima do povo e - potencialmente - a mais sensível aos seus anseios e reivindicações imediatas. A efetiva participação popular na tomada de decisões a nível municipal, naquelas cidades onde forem eleitos autênticos oposicionistas, é uma possibilidade não só viável, como também indispensável na formulação de um programa de governo verdadeiramente democrático. Isto não implica, naturalmente, em que os futuros dirigentes oposicionistas criem ilusões no povo de que só isso resolverá os graves problemas sociais e políticos que vive o país. Mas tudo que puder ser feito a nível municipal poderá ser ponto de partida para o que a Oposição deseja fazer em outros níveis de poder no país.

Parece ser possível distinguir, neste aspecto, dois níveis de atuação dos futuros dirigentes oposicionistas. Em um primeiro nível, já existente de forma embrionária em muitos municípios, coloca-se a questão do ~~estabelecer~~ relacionamento entre a prefeitura e as diversas organizações de base da comunidade local. A ação administrativa deverá procurar sempre mobilizar e fortalecer essas entidades, entre as quais se enumeram as Associações de Bairro, Organizações Comunitárias Civis e da Igreja, Círculos e Associações de Páis e Nações, Organizações de Classe, em particular os Sindicatos de Trabalhadores, sindicais e urbanos. Essas associações devem ser convocadas para, democraticamente, opinarem e, mesmo, definirem o caráter que deve ser dado à administração local. Da mesma forma, aqui cabe um ressalva: o MDB deseja a democratização não o afastamento dessas associações à prefeitura ou qualquer outro setor do aparelho do Estado. Por isso, a convocação dessas associações deve ser feita para que elas possam integrar burocraticamente o Estado ou um setor da prefeitura. Elas

Devem ser mantidas autônomas e independentes, com íntes vínculos diretos com a administração, para que não ocorra com elas o caso dos sindicatos, em grande parte, subordinados ao Ministério do Trabalho.

Uma administração fundamentalmente voltada para os bairros e viles populares, principalmente da periferia, naturalmente deverá mobilizar essas populações nas mais diversas formas de co-participação. Formas estas que podem variar desde a realização permanente de reuniões, debates e conferências sobre os diversos problemas envolvendo a comunidade, até o seu envolvimento direto nas mais variadas tarefas, desde que não assistencialis, nas diversas Secretarias Municipais. O potencial e a viabilidade deste tipo de participação é bastante grande, conforme se constatou em diversas prefeituras gaúchas pelo MDB no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e outros Estados.

O segundo nível de participação popular, certamente mais difícil de ser atingido, podendo esbarrar em resistências que o próprio MDB deverá superar, é a participação ~~efetiva~~^{ativa} a nível decisório, nas várias instâncias do poder municipal. Para tanto, será necessário romper com uma série íntima de vícios e obstáculos arrraigados na tradição política nacional, tanto pela fase do populismo, quanto pelo atual regime autoritário. O MDB, por ser um partido que aspira à democracia, tem grandes potencialidades de inovar a vida política, rompendo na prática esses vícios.

Pode-se levantar a hipótese de que, aos futuros prefeitos oposicionistas, caberá vincular diretamente o Executivo Municipal a um Conselho da Comunidade, que funcionaria como órgão consultivo e de indicações, mas cujas deliberações seriam respeitadas pelo Executivo medebista. Faziam parte desse Conselho o próprio prefeito e seu secretário, a equipe de técnicos em planejamento, uma representação dos funcionários municipais, a bancada de vereadores oposicionistas e os líderes das principais associações comunitárias de base (Associações de Bairro, Associações da Páis e Nossa, Clubes de Mães, Clubes de Futebol, Escolas de Samba, Grupos Religiosos, Sindicatos, etc).

Naturalmente, qualquer organização deste tipo teriam, de fato, apenas uma função consultiva ou colégio no poder municipal. De resto, é óbvio que a oposição, contudo, será fundamental que se crie uma prática de respeito às

decisão inicia e indicações feitas por estes organismos, pois será o respeito democrático à vontade da comunidade que garantirá a diferença da administração oposicionista daquela realizada pelo governo. Algumas dessas formas de nova atuação política e administrativa já se desenvolvem, de forma embrionária, em diversos pontos do nosso país. Cabe àqueles oposicionistas que estão ao lado da luta por uma verdadeira democracia política, econômica e social aprofundar e debater essas experiências, elencar críticas, propor alternativas e fortalecer esse processo inicial de participação popular em curso, pois ele atende à aspiração do povo de intervir nos seus próprios destinos.

Pontos da 1

da Municipal

III. PROPOSTA PARA UMA CAMPANHA ELEITORAL A PARTE DA CANDIDATURA DE VOTUL

Acabou-se o tempo que a população, ou alguns setores dela, aceitava passivamente a ideia de que alguns poucos "iluminados" podiam decidir sobre os rumos de sua vida havidada e na sociedade nacional. Hoje, o povo quer participar e quer fazê-lo ativamente. O que devem fazer, então, os setores do MDB mais identificados com a maioria da população para que se crise em São Paulo e outras cidades um processo social que, gradativamente, conduza à participação do povo na política local? Como fazer para que a população, através de seus setores mais conscientes, possa, um dia, começar a participar das decisões, por exemplo, sobre qual deve ser a linha prioritária do metrô a ser construída, quais as áreas que devem ser desapropriadas, quais as prioridades da periferia no orçamento municipal e assim por diante? Em suma, que fazer para que a população de nossas cidades possa, um dia, começar a intervir com vontade própria e independente nas decisões sobre a utilização dos recursos públicos, formados com a contribuição paga em impostos por toda a coletividade?

É sabido que a Câmara Municipal, composta de 21 vereadores, mesmo que tenha maioria do MDB, dificilmente poderá representar eficientemente os interesses de uma população de quase 9 milhões de habitantes. Então, a questão está em saber como devendo ser eleitos os candidatos do MDB não e como, empossados, deverão exercer os seus mandatos enraizados no povo. Nesse sentido formulam-se aqui algumas propostas que visam a criar, basicamente, condições para que o povo comece a desenvolver o seu direito de participação e de intervenção nos rumos da administração pública. Naturalmente, não se trata de criar novas ilusões; estamos apenas no começo de um longo processo. Até que chegue o dia em que o povo possa intervir real e completamente nos rumos que afetam a sua vida, muitas coisas acontecerão. Enquanto isso, alguns primordiais aspectos podem ser desenvolvidos:

1. A campanha eleitoral dos candidatos a vereador (do projeto) pelo MDB deve ser conduzida através de luta a plena discussão em cada bairro ou região da cidade em torno dos problemas mais presentes da sua população. Essa discussão deve ser feita com a participação de todos, ou seja,

entes da Sesa, Centros Culturais, Comunidades do Bases da Igreja, dos Clubes das Mães, de Jovens, dos Clubes de Futebol, Escolas de Samba, grupos religiosos e outras organizações associativas e representativas existentes na região. Isso distinguiria uma campanha de novo tipo de uma campanha eleitoral: no invés de ganhar apoio pela propaganda da tipo tradicional, uma campanha eleitoral comprometida com o processo de real democratização do poder na sociedade deve ampliar as suas bases através de ~~incentivando~~ uma ampla mobilização da população para o debate. Se assim será possível dar continuidade ao processo após o fim da campanha eleitoral.

2. Desde o momento em que se iniciem essas discussões e o candidato seja lançado, todos os participantes das ~~próprias~~ discussões e um representante de cada uma das associações locais e regionais deveriam formar algo como um Conselho da Comunidade Político e Comunitário, de caráter informal, mas organizado e cuja finalidade seria orientar a própria campanha, e mais tarde, após as eleições, juntamente com o Dirtório Distrital do MDB, fiscalizar e controlar a atuação do futuro vereador. Se assim, permitindo que seus representantes e dirigentes prestem contas aos eleitores e à comunidade que os elegeram, o MDB exercerá na prática a democracia que prega e está inscrita em seu programa de 1974.

~~3. A participação da população nas decisões que afetam o destino da cidade e, portanto, de toda a coletividade, não deve se restringir ao controle fiscalizatório do vereador eleito para a região, mas terá de utilizar as entidades e associações locais e de base, visando a pressionar as Administrações Municipais e normar as secretarias municipais na realização de obras que atendam às suas necessidades.~~

(Municípios 2)

4. Assim, deve ser função prioritária dos Dirtórios Distritais do MDB, durante e após a campanha eleitoral, estimular essa participação. Para isso, é necessário formar esses diretórios onde eles ainda não existem, aproximar-los da população, dar-lhes estrutura interna democrática, evitando que se tornem mero trampolino para quem não se identifica nem pretende realmente lutar pelos problemas dos moradores da sua região.

3. Quando se constatar que a administração pública toma medidas contrárias aos seus interesses, e a Câmara dos Vereadores deixa de cumprir sua missão de fiscalização e correção das decisões do Executivo, caberá ao Diretório Distrital mobilizar a opinião pública do bairro ou região para formalizar pedidos concretos de projetos de leis ou de autorizações da prefeitura para a realização de determinadas obras. Deve-se utilizar, para isto, os manifestos e abaixo-assinados, amplamente discutidos por membros da população, contendo o maior número de assinaturas dos moradores da região.

O VEREADOR E SEUS NOVOS PAPÉIS

(e das pessoas da direita)

Parece claro que grande parte dos problemas da metrópole sonante poderia ser superada com a completa reformulação do atual modelo econômico e político. É preciso que haja uma franca modificação completa na política de prioridades de atendimento do Poder Público e na forma pela qual a administração faz as inversões de recursos coletados da coletividade. É sabido que isso não poderá acontecer sem que haja modificações substanciais na estrutura econômica, social e política da sociedade. Para isso, a democratização é um requisito indispensável, pois é só com a liberdade de associação e a ampliação das lutas políticas que os setores populares poderão intervir nesse processo de mudanças. E nesse quadro que deve ser entendido o papel do vereador do MDB.

Dessa forma, a campanha eleitoral para vereador ~~é~~ prefeito, nas cidades que podem elegê-lo, sózinha valerá sózinha, como meio de difusão dessa mensagem e de crítica à atual orientação e a seus próprios fundamentos, sonante atingirá os seus objetivos na condução à futura Câmara Municipal candidatos que sejam verdadeiros representantes das aspirações populares. Para isso, dois passos podem ser distinguidos:

1. A campanha deve servir, basicamente, para criar e estabelecer um vínculo permanente e de novo tipo entre os candidatos e as suas bases eleitorais. O vereador da Oposição se orientará para desempenhar as funções de uma espécie de delegado do bairro ou distrito, durante seu mandato legislativo. E nesse sentido que cabe falar no vereador alguém que, tendo estabelecido um vínculo orgânico com a sua comunidade, deverá ser o eco das reivindicações

populares que surgen cotidianamente. Quando surgirem reivindicações, por exemplo, pela construção de mais unidades de saúde ou escolas, ou o asfaltamento de vias e a extensão da rede de esgotos, caberá ao vereador encaminhar o pedido à prefeitura e, ao mesmo tempo, esclarecer a população das razões pelas quais estes serviços ainda não foram ~~efetivamente~~ realizados na região.

2. Por outro lado, o vereador eleito pelo MDB não deverá restringir-se, simplesmente, à luta pelo atendimento de reivindicações imediatas. A sua luta política deve ~~mais~~ buscar se orientar para mudanças de fundo e não apenas modificações paliativas. Como as mudanças de fundo dependem de um amplo processo político, ao vereador caberá coordenar, na região onde for eleito, os passos desse processo. Para isso, ele deverá esclarecer sempre a população dos limites hoje impostos ao Poder Legislativo e porque esse poder não pode intervir decisivamente para imprimir uma nova orientação à administração municipal. Isso implica em admitir, claramente, que ~~representam~~ os vereadores do MDB não conseguem constituir em si mesmos intermediários entre as aspirações populares e o Executivo. O MDB não ~~é~~ deve ser um partido de clientelismo. Aos novos vereadores, ao contrário, caberá lutar para fazer valer o papel do Poder Legislativo, fiscalizando e controlando a ação do Executivo e, ao mesmo tempo, propondo medidas que se destinem a reorientar a administração de forma que ela a tenha as prioridades, por exemplo, das periferias.

Finalmente, o vereador do MDB terá, fundamentalmente, a função de estar sempre lembrando à comunidade que benefícios como rede de água e esgotos, energia elétrica, atendimento de saúde, transportes coletivos, educação e lazer, não são dívidas do Poder Público, mas direitos de todos os cidadãos que trabalham e constroem a cidade. E que, como a história tem demonstrado nos últimos anos, as autoridades só se sensibilizam com as necessidades do povo quando esse demonstra a sua força e exige ~~mais~~ e não pede as suas reivindicações.

and right, or the other, or according to his own pleasure.

2. A GUIDE TO THE USE OF THE BIBLIOGRAPHY

De fato, se é certo que os altos índices de crescimento alcançados pelo econômico entre 1970 e 1973 decorrem, em grande parte, da expansão das atividades produtivas na maior cidade, vertedouro da industrialização, também é verdade que a aceleração acelerada da urbanização tem gerado grandes desafios, seja do ponto de vista da sua distribuição espacial, dominância litorânea, seja quanto às pressões de origem das polis centrais cidades no desenvolvimento ou quanto ao nível de vida da população e a qualidade dos equipamentos urbanos, perturbando a organização social urbana; as regiões metropolitanas do Grande São Paulo, com 4,9% da área territorial do país, concentram 21,6% da população, distribuída, enquanto a região do interior não conta nem tanto São Paulo, concentra 20,5% da área territorial, 20,5% da população, e 19,6% da renda bruta líquida (IBGE).

para 1970). A disponibilidade de equipamentos sociais, ~~é~~ é dada pelo nível nível de vida do investimento municipal em serviços básicos, também se diferencia. Septentrão, S. e regiões da região Centro-Oeste, no Sudeste e Nordeste, respectivamente no Nordeste e no Norte, para cerca de 0,175, no resto de São Paulo (1960). Entretanto, seria ilusório pensar que as populações das periferias das regiões do Grande Rio e ~~o Sul~~^{Centro-Oeste} possuem condições de vida capazes de satisfazer as necessidades impostas pelo contexto urbano e processo de sua reprodução. Uma comparação mecânica entre o nível de vida das populações do Sudeste desenvolvido e o Norte e Nordeste subdesenvolvidos não pode ser feita, simplesmente, em termos de renda ou investimentos sociais ~~no Brasil~~. As condições ~~urbanas~~ urbanas de vida coloca, para as suas populações, problemas e necessidades inteiramente novos e que precisam ser enfrentados de forma específica. Dessa forma, não basta pensar nas deíveis regiões e, simplesmente, transferir capitais do Sudeste para o Norte e Nordeste. Isto deveria ~~ser~~ ser apenas o ponto de partida, pois uma tal política não dissimula, por si só, as desigualdades existentes nas condições de vida das populações periféricas ^(da maioria de nossas cidades) ~~que concordam com as populações centrais.~~

O crescimento das ~~mais~~ cidades brasileiras, grandes e médias, tem sido visto como "caótico" e "deorganizado", gerando aglomerações monstruosas e desumanas. Isto é verdade, mas é preciso corrigir a impressão da natureza e caráter desse desenvolvimento "caótico e desorganizado". Qual é a lógica que está por detrás dele? A quem serve o crescimento "incontrolável" das cidades, especialmente, as grandes metrópoles?

Estas perguntas não podem ser respondidas, à menos que se tenha em conta o sentido do desenvolvimento capitalista que foi promovido nos últimos 12 anos. Ao contrário do que pensa o MDP, as cidades têm sido apenas o ~~freio~~ ^{centro} núcleo gerador da riqueza nacional, mas não o centro onde ela é distribuída. Nesse sentido, a nossa situação é bastante contraditória e injusta: nas cidades do Brasil se repete a dramática situação das marginalizações e subassalariadas. Cidades do PMLB, Projeto Nacional por Meio de Parcerias, referentes ao quarto trimestre de 1972, os espetáculos mais baixos da tipificação urbana, mostram "marginalização das classes", e percentagens de empregos embargados até 70% da população feminina na data de 1972, contra 24% das áreas de atividades

urbana. Há, pois, uma "agricultura" dentro das cidades modernas, que envolvem o trabalhador urbano tão mal quanto as atividades agropecuárias. A desigualdade é muito & ultimamente relativa, mas, ao meu ver, é grande, que é com pressas capitalistas, multinacionais e estatais, contínuo a crescer. Por que acontece isso?

Como se sabe, historicamente, a tendência do sistema capitalista é para dar a de maior a desigualdade. Isso aconteceu na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos. Nas naquelas nações, as classes trabalhadoras foram dotadas de organizações próprias, sindicatos e partidos, que lhes permitiram defender suas mesmas injustas distribuições da renda, através dos mecanismos da burguesia, como é caso do direito de greve, por exemplo. No Brasil, entretanto, desde a forte e massiva intervenção do Estado na economia, iniciada na forma direta a partir de 1930, as classes trabalhadoras foram controladas e, praticamente, impedidas de se manifestar para defender os seus interesses econômicos e as suas aspirações políticas. Algo disso, - e aqui pensamos, em parte, no mistério da questão urbana brasileira - o Estado foi basicamente um condutor da economia privada do capital, criando toda uma rede de infraestrutura facilmenteável ao desenvolvimento industrial (estradas de ferro, rodovias, portos, etc.), além de investir diretamente em setores em que a iniciativa privada era incapaz de fazê-lo sozinha, como foi o caso da Petrobrás, da Cia. do Vale do Rio Doce, o BNDES e tantos outros setores. Por um lado, a política do Estado foi a de favorecer a industrialização e acumulação de capital, para a sua expansão em tempos cada vez mais amplos; por outro, a política do Estado praticamente negligenciou o fato de que, sendo as grandes cidades, como São Paulo, Rio e Belo Horizonte, centros de capital, inevitavelmente, os trabalhadores também se viriam concentrar, se desenvolveriam mercado consumidor e da força de trabalho. Dessa forma, enquanto a ação estatal garantiu no Brasil o desenvolvimento do capitalismo, por outro lado, no período urbanizante, a migração do campo para a cidade, naturalmente, para essas áreas urbanas, que se constituiram no isolado bloco da urbana economia, libertando, do mercado de trabalho, o campo, que, ao final desse processo, se desenvolveu na periferia, que virou a nova indústria e o setor de serviços, que cresceu muito.

Assim, o intenso fluxo migratório de pessoas para a grande metrópole para o setor industrial, bem como a de pessoas, sobretudo jovens, os jovens solteiros, colaborando da mesma forma capital para expandir (ou capital) ~~esta~~ ^{esta} área que é a sua contínua ampliação. Elas trouxeram consigo melhorias sociais. O modelo de crescimento urbano foi, portanto, o daí, é, fator importante não para alimentar o processo desenvolvimento nacional. O crescimento das cidades não é tão espontâneo nem tem apenas propósitos "não regulares". Para o capital é essencial que as cidades não se enfrente. Não obstante, as populações que foram formar as periferias das grandes e médias cidades brasileiras não tiveram, da parte do Estado, o mesmo tratamento que o capital. Especialmente ~~este~~ ^{este} para aquela contínua extensão, o crescimento desordenado, e a infra-estrutura indispensável ao crescimento industrial, a população teve que, praticamente, construir a cidade com ~~o seu~~ ^{sua iniciativa} o seu, é, de carencias dos serviços urbanos básicos chegou um ~~extremo~~ extremo que alguns setores populares tiveram, em inúmeras ocasiões, que tomar providências pelas próprias mãos. ~~que~~ alto de constituiram, em 25% da totalidade das casas em São Paulo, as próprias moradias, os setores populares tiveram de obter os peças artesanais, as ferramentas que servem de vegetal e mesmo ladrilhos estruturais de terra, de forma a aliviar em parte a sua situação de carencias.

O contexto da vida urbana impõe aos setores populares um ritmo de vida que é qual eles não podem fugir. Para que estes setores possam ser oferecidos como fonte de trabalho no mercado, elas necessitam responder ~~as~~ ^{as} condições de subsistência e reprodução exigidas pela vida nas grandes e médias cidades. Na medida em que o país se desenvolveu economicamente, teve-se de concordar com um modelo que consentiu a renda, também aumentarem as contingentes populacionais nas cidades e as ~~mais~~ ^{mais} necessidades. Casas, escolas, hospitais, postos de saúde, praças infantis, creches, centros culturais e uma série de outros equipamentos ~~que~~ ^{que} serviços urbanos eram exigidos pela população para atender às suas necessidades. Mas o Brasil, enquanto cidades, não conseguiu, na maior parte das cidades, esas necessidades. Por isso, por exemplo, ~~que~~ ^{que} é a falta de habitação de menor nível, condição de fundamental importância da subsistência do trânsito da Rada Pedagógica Federal e da Universidade de São Paulo, tornando-se cada vez mais difícil a sua vida social. ~~que~~ ^{que} é a falta

Nos anos de 1960/61 houve diminuição dos transportes coletivos, e isso não por um desgaste desnecessário da energia dos trabalhadores, nem os ônibus eram queimados no trânsito, mas sim devido ao aumento da taxa de inflação. Além da fome do trabalho, há outros problemas urbanos que afetam o atendimento do partido da CPTM. O MDB precisa denunciar o agravamento das condições urbanas de vida ~~que vem ocorrendo há mais de 10 anos~~ que vem ocorrendo há mais de 10 anos. Em todos os setores da vida não só é preciso aumentar a sua intensidade. Antes, os profissionais das ~~mais~~ grandes capitais, e, nesse caso, eram obrigados a exercer atendendo aos problemas mais perto da população de baixa renda. Agora, os profissionais são aqueles que praticam e não tem de exercer contatos a ninguém, nem com o Conselho Municipal, pois estes tiveram seu funções ~~dos~~ encerradas em grande medida reduzidas depois de 1964. Da mesma forma, não é de surpreender que, por exemplo, em São Paulo a situação de atendimento dos serviços básicos, como água, esgoto, transportes, escola, saúde, etc., ~~é~~ tanto pior quanto nos últimos 12 anos. Os dados abaixo indicam ~~que~~ o mesmo deve ter acontecido com as demais grandes capitais.

São Paulo - 1968

Domicílios desprovidos de Serviços Básicos

(a percentagem indica sobre o total de domicílios)

ÁREAS	Agua	Esgt.	Pavimentação	Coleta de lixo
Centro	1,3	4,5	1,7	0,8
Ibirapuera	11,5	14,4	4,4	0,0
Pinheiros	30,0	49,2	29,5	16,8
Saudade	15,2	43,5	38,1	8,5
Ipiranga	20,1	29,2	40,5	19,0
Santo Amaro	49,9	68,1	56,8	3,3
Bras-Morumbi	7,3	17,3	21,4	14,2
Santana	19,0	67,1	45,3	9,1
Vila Mariana	29,3	46,4	75,3	4,0
Vila Andrade	48,4	75,0	50,0	9,1
Vila Prudente	31,8	86,4	66,4	8,1
Cerro Verde	51,3	86,1	96,0	11,1
Paraisópolis	43,4	73,4	70,3	11,1
Lajeado	84,3	96,9	97,3	11,1
Itaim Paulista	43,9	83,4	99,1	11,1

084

Melchiorius 52,4 41,3 34,3 55,9

Fonte: PUB. São Paulo, 1968. Cf. São Paulo 1975 "Cenários
e Projeções", Edicor Loyola, São Paulo, 1976.

Qual é a posição do MEC quanto ao projeto urbano? Aqui vêmos, no entanto, que não é a mesma das Obras Sociais. O projeto é que é feito de uma maneira que não responde à realidade social e política do país. O nível de vida da população urbana só melhoraria se fosse em que esta tiver condições de defensas e seu salário, sem ser conseguido por essa razão. Além disso, é preciso que o MEC volte no seu objetivo inicial, isto é, de proporcionar habitações populares a preços acessíveis à população. As empréstimas municipais da Multibrás (OBMUR) devem se voltar para a população de renda mais baixa e não simplesmente proporcionar empréstimos financeiros na forma feita na sua privatização da população. Outro ponto que respeita aos transportes urbanos. A Operação quer uma política de transpor-
 tante que sirva à coletividade e não simplesmente a abertura de vias expressas e ~~estradas~~ viadutos para servir à "ditadura" dos automóveis particulares.
 O metro, o transporte ferroviário do subúrbio e os serviços de ônibus devem se orientar ^{para} ~~para~~ realmente a população. O caso ~~desastre~~ do metrô de São Paulo demonstra bem o que deve ser evitado; além da necessidade das obras, determinada pelos investimentos feitos em outubro de 1960 é de menor importância, até hoje não está explicada porque se deu prioridade à Linha Norte-Sul, quando a que serviria populações mais numerosas e de mais baixa renda, seria a Leste-Oeste. Toda rumo norte que é um crime deixar a população horas à espera de condução para ir e voltar ao trabalho, castigada pelo sol, pela chuva e pelo frio. São Paulo e Rio, de novo, são os únicos centros que estão consumindo o metrô, deixando de lado o fato de que essa construção se arrasta já há mais de 8 anos. O que acontecerá com as demais capitais e com as cidades médias, como Campinas, Santos, São José dos Campos e tantas outras que já alcançam a marca dos 500 mil habitantes? O MEC procedeu a criação, implementação e a melhoria dos transportes/infraestrutura coletiva. Onde o metrô ainda não está planejado é preciso estudar a sua construção ou soluções alternativas a ele.

Na matéria da infraestrutura, o objetivo do partido da Operação é, de fato, priorizar diretamente as populações periféricas do centro da Cidade, es-
 tados, como o Rio, e chegar a ampliação da rede e redução do nível de
 vida. O MEC criou a Companhia Urbanizadora, que tem a função de ^{Supor}
 fornecer habitações populares para o que necessitar para a população urbana.

Mas, fundamente soluções, e preciso que o Poder Público resolva a
 questão de classe proletária e pôde a enfrentar-lo.

é grande em seu alcance. Talvez o maior problema seja a questão da mobilidade.

As grandes cidades de São Paulo e Rio de Janeiro têm muitas e
muito poucas opções de deslocamento de carente urbano, quando fala-se é unicamente
das metrópoles, mas para obter tal tipo de deslocamento é preciso ter
muitos ônibus ou táxis. A questão é que a maioria desses ônibus
é palitativa ou incômoda. A mobilidade urbana transforma os grandes centros popula-
cionais em mortíferas cidades de bairros venenosos. O Poder Público deve ser
firme e efetivo nesses casos, ficando, quando houver necessidade, e estar in-
clementes com a indústria que prejudica a saúde pública. O caso do São Paulo, é
claro, ilustra bem o exemplo. Além de deixar a pedra, o chão e um nível
intolerável, o governo do Estado não tem agido efetivamente para solucionar as di-
sesões das empresas privadas. No caso do meio ambiente, a recente decisão do pre-
fólio de São Paulo de autorizar o estabelecimento de clubes particulares em
áreas que deveriam servir de lazer para o conjunto da população também deve ser
condenada.

Áreas verdes não devem ser uma ferramenta do Poder Público: elas são
as futilidades ~~vanitas~~ que oxigenam as cidades. Elas devem ser preservadas e
ampliadas. Praças recreativas e esportivas devem ser abertas ao público, tornan-
do possível o lazer e o exercício ~~no~~ físico, sem dependência das economias
domésticas. A garantia fiscalizaria tal destrozo os clubes de futebol de vár-
zea, milhares de casas de veraneios e altas. Essa prática especulativa deve
cessar. O poder Público tem de enfrentar a ignorância de alguns em nome do in-
teresse de todos. Além disso, há priorização também das opções, das outras
culturais e das paixões infantis. A população, além dos serviços básicos, e
do serviço de transportes, tem de estar capacitada para poder enfrentar o rit-
mo violento da vida urbana. Hospitais, universidades e postos de saúde conse-
guem outro polo de prioridade. Com essas instituições, a incorporação da
mulher no mundo do trabalho se torna difícil, impedindo a família de se man-
ter economicamente. O Poder Público também tem de oferecer condições de
atendimento rápido aos que sofrem os acidentes de trabalho e de trânsito de
circulação rápida por veículos.

Afinal, o MEC propõe que as prioridades das grandes e medianas
cidades devem ~~apresentar~~ ser prioridades, em seus investimentos, a en-
dereço modernização do ~~poder~~ ~~poder~~ [] de um lado, ou a modernização, ou

